



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 38/25

Folha Nº 02



Requerimento Nº 341/2025

ASSUNTO: REQUEREMOS AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O DIA 02 DE JULHO, ÀS 18H30MIN., NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA TRATAR SOBRE MELHORIAS E DEMANDAS RELACIONADAS AO BAIRRO CHÁCARAS SÃO MARCELO.

**SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES,**

Requeremos à Mesa, na forma regimental de estilo, após ouvido o Douto Plenário, a realização de Audiência Pública, nos termos do Art. 225 do Regimento Interno desta Casa de Leis, para tratar de melhorias e demandas relacionadas ao bairro CHÁCARAS SÃO MARCELO.

Solicitamos que a referida Audiência Pública seja realizada dia **02 de julho de 2025**, às **18h30min**, no **Plenário da Câmara Municipal**.

SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 05 de julho 2025.

(assinado digitalmente)
Cristiano Gaioto
Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1397/2025 - 05/06/2025 - 13:56 - 28D0-191X-8J89-4R93



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



Proc. Adm. Nº 78/25
Folha Nº 03

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=28D0191X8J894R93>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 28D0-191X-8J89-4R93

CRISTIANO GAIOTO

Vereador - Presidente

Assinado em 05/06/2025, às 13:56:53

DANIELLA GONÇALVES DE AMOÊDO CAMPOS

Vereadora - 2º Vice-Presidente

Assinado em 05/06/2025, às 15:20:40

WILIANS MENDES DE OLIVEIRA

Vereador

Assinado em 05/06/2025, às 15:52:20

**MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ
PALOMINO**

Vereador

Assinado em 05/06/2025, às 16:20:53

MÁRCIO DENER CORAN

Vereador

Assinado em 05/06/2025, às 16:23:33

WAGNER RICARDO PEREIRA

Vereador - 1º Vice-Presidente

Assinado em 06/06/2025, às 08:15:50

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1397/2025 - 05/06/2025 - 13:56 - 28D0-191X-8J89-4R93



Proc. Adm. Nº 381/25

Folha Nº 04 wj



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

CONVITE DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos termos do Art. 225, inciso IV e § 2º, do Regimento Interno, e tendo em vista o Requerimento nº 341 de 2025, de minha autoria e outros, fica convidada a população de Mogi Mirim para participar da **Audiência Pública** para **“tratar de melhorias e demandas relacionadas ao bairro CHÁCARAS SÃO MARCELO”**.

Dia: 02 de julho de 2025 – quarta-feira

Horário: 18h30

Local: Plenário da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Mogi Mirim, em 10 de junho de 2025.

CRISTIANO GAIOTO
Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 58M4-M8VF-C9W0-6S6M



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



Proc. Adm. Nº 78/25

Folha Nº 05

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=58M4M8VFC9W06S6M>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 58M4-M8VF-C9W0-6S6M

CRISTIANO GAIOTO

Vereador - Presidente

Assinado em 10/06/2025, às 08:07:38

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 58M4-M8VF-C9W0-6S6M



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 18.125

Folha Nº 06

PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL DE MOGI MIRIM,
EDIÇÃO Nº 993, QUARTA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 2025

Jornal Oficial

Quarta-feira, 11 de junho de 2025 ano X - nº 993

P02



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

CONVITE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos termos do Art. 225, inciso IV e § 2º, do Regimento Interno, e tendo em vista o Requerimento nº 341 de 2025, de minha autoria e outros, fica convidada a população de Mogi Mirim a participar da **Audiência Pública** para **"tratar de melhorias e demandas relacionadas ao bairro CHÁ-CARAS SÃO MARCELO"**.

Dia: 02 de julho de 2025 – quarta-feira

Horário: 18h30

Local: Plenário da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Mogi Mirim, em 10 de junho de 2025.

CRISTIANO GAIOTO
Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Proc. Adm. Nº 78/25

Folha Nº 07

DISCUSSÃO SOBRE
MELHORIAS E DEMANDAS NAS

CHÁCARAS SÃO MARCELO

02/07 - 18H30

PLENÁRIO DA CÂMARA

(TRANSMISSÃO AO VIVO)



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo



Proc. Adm. Nº 48/25

Folha Nº 08

Em 25 de junho de 2025

Ofício Nº 279/2025

Excelentíssimo Senhor
PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal

Senhor Prefeito,

Encaminho a Vossa Excelência, cópia do **REQUERIMENTO Nº 341/2025**, de minha autoria, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária do dia 09 de junho de 2025. Conforme disposto no documento, por gentileza oficial as Secretarias municipais de **Meio Ambiente, Negócios Jurídicos, Mobilidade Urbana, Segurança Pública, Agricultura e Serviços Municipais**, para que possam encaminhar representantes para a Audiência pública solicitada no documento em questão.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)

VEREADOR CRISTIANO GAIOTO
Presidente da Câmara

RECEBI EM
25/06/2025
Gabriel



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=4SRA51ZC6T8Y1MVZ>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 4SRA-51ZC-6T8Y-1MVZ

CRISTIANO GAIOTO

Vereador - Presidente

Assinado em 25/06/2025, às 11:54:19

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - 4SRA-51ZC-6T8Y-1MVZ



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 48/25
Folha Nº 09

Requerimento Nº 341/2025

ASSUNTO: REQUEREMOS AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O DIA 02 DE JULHO, ÀS 18H30MIN., NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA TRATAR SOBRE MELHORIAS E DEMANDAS RELACIONADAS AO BAIRRO CHÁCARAS SÃO MARCELO.

**SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES,**

Requeremos à Mesa, na forma regimental de estilo, após ouvido o Douto Plenário, a realização de Audiência Pública, nos termos do Art. 225 do Regimento Interno desta Casa de Leis, para tratar de melhorias e demandas relacionadas ao bairro CHÁCARAS SÃO MARCELO.

Solicitamos que a referida Audiência Pública seja realizada dia **02 de julho de 2025**, às **18h30min**, no **Plenário da Câmara Municipal**.

SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 05 de julho 2025.

(assinado digitalmente)
Cristiano Gaioto
Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim





CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



Proc. Adm. Nº 48/25

Folha Nº 10

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=28D0191X8J894R93>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 28D0-191X-8J89-4R93

CRISTIANO GAIOTO

Vereador - Presidente

Assinado em 05/06/2025, às 13:56:53

DANIELLA GONÇALVES DE AMOÊDO CAMPOS

Vereadora - 2º Vice-Presidente

Assinado em 05/06/2025, às 15:20:43

WILIANS MENDES DE OLIVEIRA

Vereador

Assinado em 05/06/2025, às 15:52:20

MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ

PALOMINO

Vereador

Assinado em 05/06/2025, às 16:20:53

MÁRCIO DENER CORAN

Vereador

Assinado em 05/06/2025, às 16:23:33

WAGNER RICARDO PEREIRA

Vereador - 1º Vice-Presidente

Assinado em 06/06/2025, às 08:15:50

CINOÊ DUZO

Vereador

Assinado em 06/06/2025, às 09:20:38

MARA CRISTINA CHOQUETTA

Vereadora

Assinado em 06/06/2025, às 14:20:00

MARCOS ANTONIO FRANCO

Vereador

Assinado em 06/06/2025, às 14:51:13

MARCIO EVANDRO RIBEIRO

Vereador

Assinado em 06/06/2025, às 15:34:08

ADEMIR SOUZA FLORETTI JUNIOR

Vereador

Assinado em 06/06/2025, às 15:53:59

MARCOS PAULO CEGATTI

Vereador - 2º Secretário

Assinado em 09/06/2025, às 11:38:35

LUIS ROBERTO TAVARES

Vereador - 1º Secretário

Assinado em 09/06/2025, às 16:44:29

LUIZ FERNANDO SAVIANO

Vereador

Assinado em 12/06/2025, às 14:34:52

ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO

Vereador

Assinado em 17/06/2025, às 14:50:29



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 78/25

Folha Nº 11

LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.

EMENTA:

“PARA TRATAR SOBRE MELHORIAS E DEMANDAS
RELACIONADAS AO BAIRRO CHÁCARAS SÃO MARCELO “

REFERENTE AO REQUERIMENTO N.º 341 /2025,

DATA: 02 DE JULHO DE 2025. – 18:30 HORAS

NOME

ASSINATURA

M. Almeida B. Barros	M. Almeida B. Barros
Carandol Augusto Comargo	Carandol Augusto Comargo
Paulo Donizete da Silva	Paulo Donizete da Silva
Jéssica Aguiar	Jéssica Aguiar
Walter Salvador	Walter Salvador
Sérvio Alves Salvador	Sérvio Alves Salvador
Ednilda Valério	Ednilda Valério
Guilherme HS Taotano	Guilherme HS Taotano
Andréa S. da Cunha	Andréa S. da Cunha
Renato Marquetti Jr	Renato Marquetti Jr
Danessa Luiza Rampazo	Danessa Luiza Rampazo
Marta Marcia Tagliapietra Valério	Marta Marcia Tagliapietra Valério
MEIRY CUNHA LÍVORGO MELO	MEIRY CUNHA LÍVORGO MELO
Ademilson Valério	Ademilson Valério



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Lista de presença da Audiência Pública para 'TRATAR SOBRE MELHORIAS E DEMANDAS REALCIONADAS AO BAIRRO CHÁCARAS SÃO MARCELO, realizada dia 02/07/2025, no Plenário da Câmara Municipal, Sala de Sessões "Vereador Santo Róttoli".

NOME

ASSINATURA

Paulo Jorge Lourenço

Jose Carlos Nodal

Jose Carlos Nodal

Margari da Maria Lopes de Oliveira

Carlos A. Veloso

Bernardo

Simone C. Filiano

FABIO ZINETHI

Ana Maria Cazzano Roda

Ana Maria Cazzano Roda

Marcio Rogério Tagliasso

Marcos Giovanni de Souza

Vagner do Carmo

Suzene M do Silva

Suzene M do Silva

Aparecida Bento

Aparecida Bento

Flavio de Carvalho Bello

Marcos D Tagliasso

Helder de S. Aguiar

Silvia Helena Franco Bernardi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Lista de presença da Audiência Pública para 'TRATAR SOBRE MELHORIAS E DEMANDAS REALCIONADAS AO BAIRRO CHÁCARAS SÃO MARCELO, realizada dia 02/07/2025, no Plenário da Câmara Municipal, Sala de Sessões "Vereador Santo Róttoli".

NOME

ASSINATURA

Ana Carolina de M. Mendes

Ana Carolina de M. Mendes

Wladimir de S. T.

Felipe Fati Louren

Abreu Forti

Vladimir Aparecido Rocha

Ana Maria Z. Sogliavero

EVETIAS MOREIRA

Dediliam R. P. Torres

Dediliam R. P. Torres

Carolina P. Torres

Carolina P. Torres

Luiz Miguel Pereira

Luiz Miguel Pereira

Alcides V. Mendes

Secretaria de Agricultura

Ricardo Botelho Mariano

Ricardo Botelho Mariano

Matheus R. M.

Matheus R. M.

Luís Henrique Lívoro Cardoso

Luís Henrique Lívoro Cardoso

Isabella Helena Siqueira Franco

Isabella H.S. Franco

SANDRO DE AMAREGO ROSA

Sandro de Amarego Rosa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 78/25

Folha Nº 14

Q

Lista de presença da Audiência Pública para 'TRATAR SOBRE MELHORIAS E DEMANDAS REALCIONADAS AO BAIRRO CHÁCARAS SÃO MARCELO, realizada dia 02/07/2025, no Plenário da Câmara Municipal, Sala de Sessões "Vereador Santo Róttoli".

NOME

ASSINATURA

Sonia Leusa de L. Piquiza Franco	Sonia Leusa Franco
Amador Siqueira Franco	Amador Siqueira Franco
Gauciano Lourenço	Gauciano Lourenço
Geise Helen Ballina Paes	Geise Helen Ballina Paes
SANDRA H. P. ANDRADE	Sandra H. P. Andrade
Alanzinho Amizal	Alanzinho Amizal
Leandro da Lourenço	Leandro da Lourenço
Carlos Alberto de Campos Jr	Carlos Alberto de Campos Jr
Maria Laura M.	Maria Laura M.
Caríssou Z. Leonello	Caríssou Z. Leonello
Prisca Bordigna	Prisca Bordigna
Milton Barbosa	Milton Barbosa
Marcia M. Francatto	Marcia M. Francatto
Debrais Batista	Debrais Batista
Rodrygo S. S. S. S.	Rodrygo S. S. S. S.
Mariana Madruga	Mariana Madruga



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Lista de presença da Audiência Pública para 'TRATAR SOBRE MELHORIAS E DEMANDAS REALCIONADAS AO BAIRRO CHÁCARAS SÃO MARCELO, realizada dia 02/07/2025, no Plenário da Câmara Municipal, Sala de Sessões "Vereador Santo Róttoli".

NOME

ASSINATURA

Daniela Cristina Deus Oliveira	
Thais T. Donetti Fantuzzini	
Vera L. Vilhena O. Machado	
Edson F. M. Silva	
Carlos Eduardo Baseio	
Maria Amara Silva	
João Pedro Savarés	
Maria Angelina Scardella	
José Luis Orospe Tomaz	
Antônio Santos Lps	
Wagner R. M. M.	
Marcos Os B. Synnias	
Demétrio Oliveira	
Joaquim José da Silva	
Adelmo Denis Fenore	
Adriana T. Oliveira Perha	
Carla Helena Tomelli	



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 48/25

Folha Nº 16

Lista de presença da Audiência Pública para 'TRATAR SOBRE MELHORIAS E DEMANDAS REALCIONADAS AO BAIRRO CHÁCARAS SÃO MARCELO, realizada dia 02/07/2025, no Plenário da Câmara Municipal, Sala de Sessões "Vereador Santo Róttoli".

NOME

ASSINATURA

João Vitor Gomes Ferreira

João Vitor Gomes Ferreira

Marcelo de C. Barros

Marcelo de C. Barros

ANDRÉ LARA

ANDRÉ LARA

Antônio B. dos Santos

Antônio B. dos Santos

Thiago R. de Jesus

Thiago R. de Jesus

Cristiana

Cristiana

Kuciana Caneli

Kuciana Caneli

Marcelo G. Torres

Marcelo G. Torres

Junete Ap. Alves

Junete Ap. Alves

Edipe Ferreira Paixão

Edipe Ferreira Paixão

ANDRÉSON C. DONETTI

ANDRÉSON C. DONETTI

Maria Cristina F. M. Rosa

Maria Cristina F. M. Rosa

Rui Martins Rosa

Rui Martins Rosa

Jacque Line A. Carvalho

Jacque Line A. Carvalho

Walter Fabiano R.

Walter Fabiano R.

Luciano Marc de Lima

Luciano Marc de Lima

Georges Luiz Santos

Georges Luiz Santos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 18/25

Folha Nº 17

Lista de presença da Audiência Pública para 'TRATAR SOBRE MELHORIAS E DEMANDAS REALCIONADAS AO BAIRRO CHÁCARAS SÃO MARCELO, realizada dia 02/07/2025, no Plenário da Câmara Municipal, Sala de Sessões "Vereador Santo Róttoli".

NOME

ASSINATURA

Valentino Rampazzo

Edmar P. da Paiva

Silvia Costa

Marcio H. Ravagnani

Maria Luiza Sbegken

Juviniano Goncalves Souza

João Roberto Piasecki

Diace Conceição Buidi

Eferson Teese

Cunha

Alexandro Vulkan

Adilson França Sampaio

Sandra A. Afonso

Matheus Kelly F. de Castro

Danielle Francisca Marques

Priscila Gomes Felsa

Patricia de C. de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Lista de presença da Audiência Pública para 'TRATAR SOBRE MELHORIAS E DEMANDAS REALCIONADAS AO BAIRRO CHÁCARAS SÃO MARCELO, realizada dia 02/07/2025, no Plenário da Câmara Municipal, Sala de Sessões "Vereador Santo Róttoli".

NOME	ASSINATURA
Renata de Lacerde Martins Galvão	Renata
Anderson Antonio	Anderson
Pauline Helena F. de Carvalho	Pauline
Maira Gonçalves Torres	Maira
Leandro Torres	Leandro
Elis Maria Donaldo	Elis Maria Donaldo
Luiz Adriano do S. dos Santos	Luiz
Roberto Antonio Ferraz de Mello	Roberto
BRUNO D. O. SOARES	BRUNO D. O. Soares
André Luiz de Almeida	André
Élton Roberto Pereira	Élton
Marcos Vinícius B. Lourenço	Marcos
Juliana Couello	Juliana
João Batista Couello	João
Jeremias Mateus do Dique	Jeremias
Ronilson	Ronilson
Roberto Mateus	Roberto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 18/25

Folha Nº 19

Lista de presença da Audiência Pública para 'TRATAR SOBRE MELHORIAS E DEMANDAS REALCIONADAS AO BAIRRO CHÁCARAS SÃO MARCELO, realizada dia 02/07/2025, no Plenário da Câmara Municipal, Sala de Sessões "Vereador Santo Róttoli".

NOME

ASSINATURA

Leonardo Celso

Leonardo Celso

CELSO BATISTA

Jonas Couubo

Jonas Couubo

Liliane Comarço

Liliane Comarço

Herminia Lourenço

Herminia Lourenço

Wislau V. Da Silva

Wislau V. Da Silva

Elbarta R. De Azevedo

Elbarta R. De Azevedo

João Martins

João Martins

Deiviane Ap. Souza Comarço

Deiviane Ap. Souza Comarço

Suom Guimarães

Suom Guimarães

Thais B. Miranda

Sofia Larissa Da Silva

Sofia Larissa Da Silva

Paulene Lopes Carqueiro

Paulene Lopes Carqueiro

Vivianes Carqueiro

Vivianes Carqueiro

MÔNICA NUNES MATA

Mônica Nunes Mata

Eucimera W. Gomes Duarte

Eucimera W. Gomes Duarte

Marcos R. A. Guimarães

Marcos R. A. Guimarães



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Lista de presença da Audiência Pública para 'TRATAR SOBRE MELHORIAS E DEMANDAS REALCIONADAS AO BAIRRO CHÁCARAS SÃO MARCELO, realizada dia 02/07/2025, no Plenário da Câmara Municipal, Sala de Sessões "Vereador Santo Róttoli".

NOME

ASSINATURA

José Alberto Pereira

Maurice C. Aquino

Guilherme Teodoro Balzo

Ludmila Meira

Ludmila

Luis de Almeida

Luis de Almeida

Rosario das S. Pereira

Rosana M. Cavalcanti

Rosana Cavalcanti



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO REQUERIMENTO N.º 341/2025, DE AUTORIA DO(a) VEREADOR CRISTIANO GAJOTO, PARA DISCUSSÃO SOBRE MELHORIAS E DEMANDAS RELACIONADAS AO BAIRRO CHÁCAR SÃO MARCELO.

No dia 02 de julho de 2025, às 18:30 horas, na Sala de Sessões “Vereador Santo Róttoli” da Câmara Municipal de Mogi Mirim, instalada no pavimento superior do Edifício do Paço Municipal, ocorreu a Audiência Pública para discussão sobre melhorias e demandas relacionadas ao bairro Chácaras São Marcelo, objeto do Requerimento n.º 341/2025, de autoria do Vereador Cristiano Gaioto, aprovado na Sessão Ordinária de 05 de junho de 2025. O Processo foi autuado sob o n.º 78/2025, e o convite à população deu-se por meio das redes sociais da Câmara Municipal e da publicação no Jornal Oficial de Mogi Mirim, edição de 11 de junho de 2025, em atendimento ao constante no Artigo 225, § 2, da Resolução n.º 276, de 09 de novembro de 2010 – Regimento Interno vigente. Deu-se, ainda, o envio do convite aos segmentos de classe e à imprensa. Abertos os trabalhos e, conforme o Artigo 225, § 4, da já citada Resolução, lavrou-se esta ata contendo os acontecimentos assim ocorridos:

Abertura da Audiência pelo senhor Presidente e signatário do requerimento, Vereador Cristiano Gaioto, agradecendo a presença da população e dos Vereadores Ademir Junior, Willians Mendes de Oliveira, João Victor Coutinho Gasparini, Ernani Luiz Donatti Gragnanello, Mara Cristina Choquetta, Luiz Roberto Tavares, Marcos Paulo Cegatti, representando o Vereador Cinoê Duzo o assessor Renan Neves de Oliveira, Representado o Vereador Wagner Ricardo Pereira a assessora Bianca Bordignon, representando o Vereador Sargento Coran o assessor Giovane e o assessor da Vereadora Mara Choquetta sr. Felipe Vedovatto.

Também registrou a presença do sr. Alexandre Vitorino de Moraes representando a Secretaria de Agricultura, Secretária Jurídica Dra. Adriana Tavares, Secretário de Planejamento Sr. Luiz Henrique Bueno Cardoso, Secretaria de Serviços Municipais Sr. Oberdan Quaglio, Secretaria de Mobilidade Urbana representada pelo sr. Rogério Cunha.

A Audiência transcorreu principalmente sobre a divisão entre moradores, em virtude de taxa de cobrança feita pela Associação de Moradores,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

onde foram cobrados na justiça os moradores proprietários de imóveis no bairro pela Associação, sendo que os contrários não concordam com tal cobrança pois alegam não terem sido consultados e nem mesmo aderido à Associação.

Por outro lado, a Associação se baseia no contrato mãe assinado na compra dos terrenos, onde afirma que os moradores eram cientes da obrigatoriedade de adesão e pagamento de taxas para melhorias no bairro.

Durante a duração da audiência diversas manifestações de moradores e contra argumentos dos representantes da Associação, como também posicionamento dos Secretários municipais sobre os serviços prestados pela Prefeitura

Abaixo Link da Audiência Pública:

<https://www.youtube.com/watch?v=1PV0C0GOofU>

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO





CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



Secretaria
PMA Mogi Mirim
Mm 3/7/2025


CARLOS EDUARDO FELÍCIO
Chefe de Gabinete da Presidência

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que nesta data foram arquivados estes autos, tendo sido autenticados sob nº 23 e com rubrica al de meu uso na última folha desse processo.

Secretaria da Câmara Municipal de Mogi Mirim,

16 de Julho de 2025

Secretário(a)

CÂNDIDA LOURDES PEREIRA
Gerente de Secretaria



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO REQUERIMENTO N.º 341/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR CRISTIANO GAIOTO, PARA DISCUSSÃO SOBRE MELHORIAS E DEMANDAS NO BAIRRO CHÁCARAS SÃO MARCELO.

No dia dois de julho de 2025, às 18h30, na Sala de Sessões “Vereador Santo Róttoli” da Câmara Municipal de Mogi Mirim, instalada no pavimento superior do Edifício do Paço Municipal, ocorreu a Audiência Pública para discussão sobre “Melhorias e demandas no bairro Chácaras São Marcelo”, objeto do Requerimento n.º 341/2025, de autoria do Vereador Cristiano Gaioto, aprovado na Sessão Ordinária de nove de junho de 2025. O Processo foi autuado sob o n.º 78/2025, e o convite à população deu-se por meio das redes sociais da Câmara Municipal e da publicação no Jornal Oficial de Mogi Mirim, edição n.º 993 de onze de junho de 2025, em atendimento ao constante no Artigo 225, § 2, da Resolução n.º 276, de 09 de novembro de 2010 – Regimento Interno vigente. Deu-se, ainda, o envio do convite aos segmentos de classe e à imprensa. Abertos os trabalhos e, conforme o Artigo 225, § 4, da já citada Resolução, lavrou-se esta ata contendo os acontecimentos assim ocorridos: – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Através do requerimento de número 341/2025, de minha autoria e sub autoria de todos os outros vereadores, requeremos audiência pública para o dia 2 de julho, no plenário da Câmara Municipal, para tratar sobre melhorias e demandas relacionadas ao bairro Chácara São Marcelo. Convido para compor a mesa, Vereador Willians de Oliveira, Vereadora Mara Choquetta, Vereador João Victor Gasparini, Vereador Ernani Gragnanello e Vereador Ademir Souza Floretti Júnior. As autoridades eu peço que adentrem ao plenário. As autoridades, por favor. É, algum alguns de vocês que querem abrir fala, eu peço que adentrem e ocupem uma das cadeiras. Eu peço aqui é a senhora Solange, o senhor Torres do Insanos, os moradores Cristina Sidney Coser, Marcos, Maria Márcia e Márcio Ravagnani. Acho que se inscreveram para fala, né? Peço que ocupem os lugares na nossa ferradura. Você vai ficar embaixo? É que fica melhor. É, destacar que além de representando aqui o Sidney Coser é o primeiro suplente do PL. Pessoal, a nossa audiência pública, por



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

regra do nosso regimento interno, ele tem que ter a duração máxima de 2 horas. Então, eu vou dar tempo, caso também necessite, a gente pode ou não liberar, vai depender de como vai estar o andamento aqui das tratativas, das narrativas. É, o que trouxe, nós recebemos, começando aqui, sob a proteção de Deus, então declaro aberta a audiência pública. O que nos trouxe para estar discutindo esse tema, que os vereadores, acho que na maioria deles, foram procurados pelos moradores da chácara São Marcelo. E diante de tanta procura e a gente, o vereador tem a prerrogativa de ser o fiscal, ser o fiscalizador, não da associação, não dos moradores, mas do poder público, do poder público que precisa agir, quando ele necessita agir, ele precisa agir da forma certa. Então, para a gente poder entender tudo que está acontecendo, nós resolvemos fazer essa audiência pública. Não é para entrar em colisão com ninguém, não é para prejudicar ninguém, não é para fazer, é para gente entrar no consenso, porque assim, a gente precisa viver num ambiente gostoso, num ambiente num bem comum, onde todos estejam felizes. E é para isso que nós, 17 vereadores, lutamos aqui, é, nessa legislatura, pela população, por todos vocês. E então hoje eu quero começar aqui para a gente começar a entender, eu gostaria de início, algum morador quer começar falando? Quem é o presidente da associação? Está aqui? É a Sandra. O Sandra, você gostaria de pegar a palavra? Nossa, foram vários. É, eu acho que eu ó, eu convoco aqui então para falar, você quer falar? Eu vou, eu vou passar a palavra ao Torres, então, Torres, o Giovani, auxilie como é que liga o microfone aí, fazendo o favor. Isso, Torres, você está com a palavra, eu vou marcar 2 minutos para a gente ver como que vai ser. Se precisar de mais, a gente, está bom? 2 minutos, Tadeu.” – Pessoa não identificada (nominada anteriormente de Torres): “Boa noite. Boa noite. Boa noite a todos aqui presentes. Na verdade, eu estou tentando representar a grande gama da São Marcelo, né, que é a grande maioria, que hoje nós, por exemplo, eu que moro há mais há 20 anos lá, é um bairro aberto, é um bairro onde todos têm acesso, aonde a prefeitura faz coleta de lixo, a prefeitura faz todas as situações ali, reparo das vias, enfim, iluminação. E é cobrado esse valor injusto, né, de mais de R\$ 300 pela associação do bairro. Já que a presidente não quis se manifestar, eu estou tentando me manifestar em nome da população, hoje, representando o motoclub dos insanos, o qual hoje estamos sediados na chácara São Marcelo, também, com a nossa sede. Motoclube esse que temos utilidade pública de tantos

✓



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

trabalhos que fizemos pela a população mogimiriana, né? E eu acho que é uma injustiça muito grande o que está acontecendo com muitos, tem moradores lá que já colocaram a chácara para vender, vários, por causa desse valor indevido, que está chegando cobrança de 40 a R\$ 50.000, para você ter noção. Dentre essas pessoas, eu sou uma delas que está lá minha dívida de mais de R\$ 40.000. Para quê? Aí eu te pergunto, eu pergunto para todos aqui, o que é feito na São Marcelo para ser cobrado esse valor? Por favor. E que a outra parte que diga o que que é feito na São Marcelo? Eu acho que é mais ou menos isso, entendeu? É isso que eu estou querendo deixar claro para os moradores, para nós aqui da São Marcelo. Eu acho que mais ou menos é isso.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “É, só para entender, vocês pagam uma taxa do que que é sobre o quê? Pessoa não identificada (nominada de Torres): Então, da associação do bairro, hoje está sendo cobrado no valor de R\$ 330.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Como se fosse um condomínio?” – Pessoa não identificada (nominada de Torres): “Como se fosse um condomínio. Isso. E quando condomínio esse que nunca existiu, sempre foi um bairro de livre acesso, como tem sorveterias, né, no bairro. É um é um bairro de livre acesso para todos os moradores, para todos a população, aonde é cobrado esse valor de R\$ 330.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Alguém da associação poderia? Dá o microfone para a Cris.” – Pessoa não identificada (nominada anteriormente de Cris): “Olha, a questão da cobrança da associação. Bom, nós fomos convidados todos pela Câmara Municipal para falarmos sobre as melhorias para as Chácaras São Marcelo. Ótimo. É um assunto de bem comum para todos. Eu acho que todos aqui gostariam de ter melhorias na chácara São Marcelo. As poucas melhorias que nós tivemos na Chácara São Marcelo, que é a segurança 24 horas. Vocês querem vir aqui?” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Pessoal, deixa ela acabar, depois a gente vai dar oportunidade para todo mundo falar, tá? Só para gente entender aqui.” – Pessoa não identificada (nominada de Cris): “E agora o que eles estão querendo dizer da taxa é que assim, além do loteamento, que é quando a gente compra uma chácara na São Marcelo, e eu também moro lá há mais de 20 anos, e isso já era uma realidade quando eu cheguei, aliás, eu acho que eu cheguei antes. Teve, teve a chácara São Marcelo. A chácara São Marcelo teve uma associação, foi paralisada essa associação por falta de pessoas que enfrentassem a problemática e agora voltou a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 48/25

Folha Nº 27

associação. Então assim, tem sim essa associação, essa taxa agora é para essa segurança e além do que a gente está querendo monitorar com câmeras. Então, está tendo, está tendo, foi feita uma assembleia geral, foi aprovada em assembleia geral e quem não esteve presente, sinto muito, perdeu o direito a voto. Então, né, como toda assembleia geral, não é só lá. E que o convite para a pauta era de melhorias para São Marcelo. A gente até achou que fosse uma pauta do poder público vindo da Câmara para a São Marcelo. Eu pelo menos achei, porque o que a gente tem de benefício do poder público lá na São Marcelo, somente a coleta de lixo, porque a gente não tem, é um bairro que a gente paga impostos como qualquer outro lugar.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “O Cris, você está afirmando que os outros, você está fazendo, só para entender, você está fazendo uma afirmação que a prefeitura, o único serviço que ela faz, isso está sendo gravado, depois vai ser registrado em ata, que ela só faz a coleta de lixo?” – Pessoa não identificada (nominada de Cris): “Temos a taxa de, nós temos a coleta de lixo, tem a limpeza, coleta dos matos, enfim, todo o cronograma que tem, o que que não tem na São Marcelo, que eu até achei que fosse esse o motivo que a gente viria, que é a rede de esgoto que não passa e a gente paga, isso, o asfalto nas demais ruas, que tem muitas ruas sem asfalto e a iluminação, que também tem muitas ruas sem iluminação. Na realidade, eu acreditei que fosse para esse assunto que a gente tivesse vindo, por quê? Esse assunto da taxa e da cobrança, que inclusive está cobrando quem deve há mais tempo, né? Não é um assunto mais nosso da associação, é um assunto judicial já. Ele já está na esfera judicial. E quem está cobrando, quer queiram, quer não, quem está cobrando é a justiça. E lei não se discute, lei se cumpre. É assim que funciona.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Pessoal, vamos deixar ela acabar, depois vocês vão ter oportunidade. É, eu quero só, eu quero só, a Cristina, ela falou aqui que ela achou que é para melhorias e quando ela fala do assunto que não é pertinente a essa Casa, eu vou discordar, porque todo assunto que se diz respeito à população mogimiriana, o vereador tem obrigação. As pessoas, às vezes, as pessoas, às vezes, ela, as pessoas às vezes desdenham do trabalho dos nobres edis aqui, mas somos nós que aprovamos as leis, somos nós que fazemos a fiscalização e com certeza se tiver a quem daquilo que o bairro precisa, nós vamos lutar para que se melhore e o poder público faça mais coisas lá. É isso que nós precisamos fazer. Precisa de asfalto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

lá, nós vamos lutar para asfaltar. Porque a cidade, nos últimos 4 anos, nunca recebeu tantas ruas asfaltadas igual agora. E tenho certeza que nós vamos levar essas pautas aos deputados. Só esse ano essa Câmara Municipal conseguiu intermediar mais de R\$ 8 milhões de reais para Mogi Mirim. Essa Câmara Municipal dessa legislatura é uma Câmara diferenciada. E não estou falando só por mim, não, estou falando pela Mara, pelo João, pelo William, pelo Ernani, pelo Ademir, pelo Robertinho e por todos que estão fazendo parte disso. Então, nós precisamos entender, mas não para punir ninguém. Nós não temos, quem faz isso é o poder judiciário. Mas nós precisamos. O que que está acontecendo? Está cobrando a taxa por quê? Está cobrando porque falta de segurança. Pô, então o poder público tem obrigação de levar segurança lá. É isso que nós temos que cobrar, não é a associação. Você imagina, você imagina, vocês pagam imposto e paga imposto caro. Vocês têm que exigir que o poder público faça isso por vocês. Você imagina se todos os bairros resolver nós vamos tomar conta da segurança agora. É obrigação do poder público, e nós temos que cobrar. Eu não estou aqui fazendo crítica à associação se está fazendo errado, se está fazendo certo, isso aí não é mérito meu. O mérito meu é fiscalizar. O mérito de cada vereador que está aqui é fiscalizar e levar melhorias para vocês. Por favor, leve o microfone para a senhora que falou.” – Com a palavra a Margarida: “Eu moro na São Marcelo há mais de 25 anos e eu, meu nome é Margarida. Eu sou moradora há mais de 25 anos. É, eu sou leiga de leis, eu não entendo nada e eu acredito que nesse local tenha pessoas com conhecimento que pode esclarecer para mim. Houve uma época, um período há alguns anos, que teve uma associação da qual eu não participei, eu não tive conhecimento, não acompanhei e depois o pouco de conhecimento que eu tive, eu não me associei, beleza. Aí passou, finalizou, acabou e voltou novamente. Eu fiquei um tempo fora, meus filhos ficaram morando lá e voltei agora. E eu descobri que eu tinha uma, eu tenho uma dívida muito grande. Então a minha pergunta é a seguinte, eu não entendo de associação, não entendo nada disso. Eu tenho uma formação de família muito humilde e que meu pai sempre falou e eu tenho, vocês vão ter orgulho de mim que nunca ninguém vai bater na minha porta para fazer cobrança indevida. Eu não devo, eu não reconheço a dívida, por quê? Eu não assinei nada, eu não me associei, eu não concordei. Então eu fico pensando, por que que eu devo? É justo isso? Ah, mas tem a lei. Sim, mas eu não conheço

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

essa lei. Mas eu pergunto, eu sou obrigada a pagar uma coisa que eu não contrai, que eu não assinei, que eu não fui em assembleia, que eu não fui em nada. Eu posso? Eu sou obrigada a pagar isso? Eu só quero que alguém me responda: "Você é ou não?" Porque eu acredito, eu não vejo que eu sou obrigada a pagar essa dívida. É só isso." – Com a palavra o Willians Mendes de Oliveira: "Boa noite, Presidente. Boa noite, nobres pares aqui presente, toda a população. Presidente, eu gostaria de ouvir a presidente da associação, né. Cadê a presidente da associação? Da associação está presente? Obrigado. É muito importante que a gente ouça a presidente da associação e eu gostaria de entender da presidente quais são os serviços que a associação presta, se existe algum tipo de taxa que é cobrado, por que é cobrado? A gente quer entender isso, está certo?" – Pessoa não identificada (nominada anteriormente de Sandra): "Boa noite a todos novamente. Bom, ah, eu vou falar de forma bem resumida, porque hoje vamos discutir as melhorias lá para o bairro. O que a gente procura fazer muito por esse bairro? A primeira, por que que a gente retomou a associação? Porque ela estava em vacância. Nós retomamos ela porque tinha muitos problemas. A gente recebia, inclusive eu tive diversos problemas e eu busquei a associação, inclusive nem estava ativa e a gente é foi quando eu conheci a Dra. Solange e eu falei para ela: "Então vamos reativar". Foi isso que aí a gente é em reuniões com vários moradores, todo mundo, vamos colocar segurança, vamos convocar o pessoal para gente juntos, né? Ver o que que a gente pode fazer, tal. Beleza. Fomos é fizemos a primeira assembleia de reativação e a primeira coisa que solicitaram foram a segurança. Então o que que nós fizemos, beleza? Vamos então ver o que um é uma empresa para que fique 24 horas circulando pelo bairro. No entanto, quanto que reduziu os nossos furtos, né, roubos e tudo mais. Tudo bem? Então esse é um dos pontos principais da taxa, porque gente é assim, é vocês têm que valorizar todo esse trabalho porque não é fácil o trabalho do segurança. Sim, porque, gente, são pessoas, é, mas eles estão lá para segurança nossa, fala assim." – Com a palavra o Cristiano Gaioto: "Pessoal, vou pedir para vocês, assim, ó, deixa eu falar um negócio para vocês, essa sessão, ela sendo transmitida ao vivo e ela vira uma ata em cima do que tudo que é falado. O que vocês falam aí não vai constar em nada. Então não adianta, você, hora que você, vamos supor, vamos dar a palavra para ela, a Sandra vai falar e tal, vamos respeitar ela falar. Aí depois vocês



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vão ter a oportunidade de indagar no microfone, porque tudo que vocês falarem aí não vai servir de nada. Vocês têm que falar no microfone para que fique registrado, para que se conste em ata. Está bom? Obrigado pela compreensão de todos.” – Pessoa não identificada (nominada de Sandra): “Continuando, então essa foi a nossa primeira requisição, foi a questão da segurança. Segundo, nós retomamos o terreno que estava lá parado, né? E o que nós fizemos? Deixamos lá disponível para tanto os moradores descartarem os galhos e entulhos, como deixei, está deixado lá para reciclagem. É um posto de coleta, é, que tem dado muito resultado, porque assim, gente, é tanto descarte que é feito nas chácaras que está lá, está todo integrado. Então, existe uma pessoa cuidando disso, né, e cuidando do terreno também, que é nosso. Outro ponto, nós estamos também fazendo a manutenção mensal da praça, né. E continuando, a gente está fazendo é mensalmente a manutenção, cuidando do nosso patrimônio, né, que está lá disponível, que assim, olha quanta, a academia que está lá, o parquinho, são coisas que todo mundo pode usufruir, a gente pode passar, porque antes não dava nem para ir para lá na praça, entendeu? Hoje a gente já consegue frequentar o local que antes não dava para frequentar, certo? É, e entre os outros pontos que nem assim vocês falam, né? A gente precisa de asfalto. O asfalto todo lá foi é, todo mundo aqui que tem foi particular, né? Então, assim, é nós podemos buscar o poder público, como a gente está fazendo, nós fizemos, buscamos orçamentos para gente apresentar para prefeitura, para a gente poder fazer o asfalto lá na, mas assim de forma particular, porque também assim é não sei a prefeitura é, como outros foram particular, né? Então nada mais justo do que a gente, a prefeitura também, né? É fazer isso para nós. Outra coisa, a manutenção é das lâmpadas, hoje é muito raro você ver um poste com lâmpada queimada, porque isso também é, inclusive tem vários postes que estão com problema, a gente já verificou isso e o problema não está sendo a lâmpada, a prefeitura eu já entrei em contato e não é, está bom? Então assim, é, o tapa buracos a gente sempre pede à prefeitura essa manutenção, inclusive das ruas de terra, tá? Porque a gente sabe, olha, é, eles ficaram de passar cascalho em outras ruas lá, passarem algumas e outras ficaram. Então, a associação está sempre trabalhando, gente, pensando no bem-estar de todos.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Ó, só um minuto, Willians. Oberdan, você como secretário, responsável de serviços municipais, nós vereadores não dando uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

incumbência que essa parte de iluminação, por favor, é, peça com urgência uma revisão, porque isso é obrigação do poder público fazer. Então você presente aqui, a gente solicita a você para que faça esses reparos urgentes.” – Com a palavra o Willians Mendes de Oliveira: “É, continuando aqui, Presidente, eu queria que a senhora registrasse aqui, como a senhora falou, que hoje a taxa é cobrada para fazer um serviço de segurança. É isso? Essa é a primeira pergunta. É isso? A senhora falou aqui que dentro da taxa está embutido a manutenção do espaço público. É isso? Vocês estão cobrando taxa para fazer manutenção em espaço público? É isso? A senhora está cobrando a taxa para fazer tapa buraco?” – Pessoa não identificada (nominada de Sandra): “Não é isso. Não, não é isso. A gente cobra uma taxa. Essa cobrança.” – Com a palavra o Willians Mendes de Oliveira: “A senhora falou agora que a taxa para manutenção do espaço público.” – Pessoa não identificada (nominada de Sandra): “Sim. Calma. Ó, a gente essa taxa ela é cobrada, entendeu? Para a maioria dela vai para a segurança e o restante é para a manutenção do bairro. Então, por exemplo, a prefeitura ela faz a roçagem, mas ela não faz a coleta, ela não faz as coroas da árvore.” – Com a palavra o Willians Mendes de Oliveira: “Senhor Presidente, o eu gostaria de falar com o Secretário Oberdan, Secretária do jurídico está aqui também, Adriana Tavares.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Oberdan você podia se pronunciar, é feita a coleta lá? Por favor, nos responda.” – Com a palavra o Secretário Oberdan: “Boa noite a todos. É, sou o Oberdan Quaglio, secretário de serviços municipais desde janeiro de 2025. Fui secretário no governo do Dr. Paulo Silva como secretário de meio ambiente e secretário de agricultura. Quem me antecedeu foi o secretário Ernani, como bem disse o Presidente Cristiano Gaioto, e deixar bem claro o questionamento do vereador Williams, a Secretaria de Serviços Municipais e a Secretaria de Meio Ambiente, tanto com a Secretaria de Agricultura aqui, como eu já fui o secretário da pasta na gestão passada, realiza todos os serviços é que são executados no bairro, todos, todos, inclusive de roçagem e de inclusive de coleta, de resíduos de poda, de chácaras que colocam os resíduos para fora. A manutenção das ruas, fizemos várias manutenções em ruas de terra lá que ainda tem. É, e o bairro do São Marcelo é um dos bairros que mais geram resíduos de poda que a gente coleta no município por ser um bairro amplamente arborizado, né? A gente sabe que tem uma cobertura arbórea muito alta lá e a gente realiza todos os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

serviços de poda, de recuperação, de roçagem. É, a presidente citou a iluminação pública, na gestão passada, o Ernani promoveu junto com Dr. Paulo Silva promoveu a troca de 100% da iluminação LED no município. Todos os bairros do município e áreas públicas foram substituídas as iluminações por iluminação LED, muitas cidades vizinhas nossas, mais ricas que nós, não têm isso ainda. É, a nossa eficiência de troca hoje de iluminação pública é exemplar, a gente não tem fila para troca de lâmpadas no município. A gente tem uma baixa troca de iluminação, não dá 30 trocas por dia, Presidente. Então, eu até já questionei o meu gerente da parte elétrica da secretaria para que ele faça uma vistoria ainda hoje no bairro e identifique onde tem postes com iluminação apagada, se for o caso, se for necessário a gente reforçar a iluminação para melhorar a segurança do bairro, a gente vai promover a iluminação lá com melhorias para que a gente avance e atenda como a gente vem atendendo nos últimos seis anos o São Marcelo.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Obrigado, Oberdan. E ó, e a audiência, ó, a audiência realmente é para melhorias. Tenho certeza que nessa semana vocês vão ter um avanço na melhoria, na iluminação de vocês lá. É, falar sobre a iluminação, o Oberdan falou, se você pegar uma foto aérea e pegar Mogi Mirim, Mogi Guaçu e Itapira, a diferença entre as três cidades perto das três é discrepante, porque nós temos 100% LED, mas precisamos melhorar, se precisamos melhorar, e se precisar da gente para cobrar, nós vamos cobrar. E é isso que nós estamos fazendo, melhorias para vocês. Vocês podem ter certeza que hoje, hoje, dia 2 de julho, vocês vão, a partir de hoje, vocês podem certeza que vocês vão ter melhorias cada vez mais lá, porque nós vamos ficar de olho e cobrando o poder público, cobrando o prefeito municipal, cobrando os secretários, que é isso, é a nossa função, cobrar isso. Vou passar a palavra ao vereador Ernani que pediu a palavra. Depois eu passo a palavra para o morador.” – Com a palavra o Ernani Luiz Donatti Gragnanello: “Senhor Presidente, senhores vereadores, público presente, pessoal da associação, Sandra e todos, né, os demais moradores. É, e em relação à questão das lâmpadas LEDs, realmente foi feita uma substituição em toda a cidade do vapor de sódio para as lâmpadas LEDs. Ela terminou há mais de anos, né? O que pode, o que tem lá para ser resolvido são algumas ruas que ainda não tem posteamento, por isso que não tem iluminação pública, e esse é um projeto que estava já em estudo para ser viabilizado, que é na praça,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

02

naquela rua da praça, né, e algumas outras ruas que eu não me lembro o nome. Então, isso realmente tinha e estava pendente, mas não no número que a Sandra está dizendo que tem dezenas de ou várias lâmpadas queimadas. Estranho, porque tem um acompanhamento, né?” – Pessoa não identificada (nominada de Sandra): “Existe, existe inclusive uma na minha rua que eles foram trocar três vezes, mas eu não sei o que acontece ali que não consegue.” – Com a palavra o Ernani Luiz Donatti Gragnanello: “Mas eu acho que aí vamos é vamos avaliar, vai avaliar tecnicamente o que que está acontecendo, mas não é não é rotina isso, isso é uma, né? Enfim, mas isso vai ser encaminhado ou, né? Mas o que eu queria perguntar até para porquê. Tinha várias pessoas me perguntaram, também, como foi falado pelo Presidente Cristiano, uma dúvida. Primeiro, pelo o que eu vi na documentação que existe uma execução fiscal contra a associação, né? É que está aqui na documentação que eu recebi, eu estava em São Paulo, cheguei agora a pouco, então é pelo que eu li aqui para poder ter essa fazer essa pergunta. Então, essa é uma. A outra, a questão da contribuição, ela está baseada da contribuição que que os moradores dão para associação, ela está baseada em que cláusula ou contrato, ou é na escritura, ou é em que qual a relação, né? Porque pelo o que eu sei, associações, os sindicatos, todos os órgãos, é voluntário, não é obrigatório, né? Então, então esse aspecto jurídico, né, isso ele está na Constituição, não sou eu que estou a Dra. Adriana pode até também, é, me confirmar ou não, mas é assim que a legislação trata e com base aonde tem essa obrigatoriedade de se pagar e aí para depois ou as pessoas assinaram e aí depois entraram entrou com ação porque não contribuiu. Mas esse aspecto ele é voluntariado. Então, isso que eu não consigo entender, porque a reclamação que chega a gente, Sandra, é bastante nesse sentido, entendeu? Está bom? Então, essas são as duas perguntas aí, tá?” – Pessoa não identificada (nominada de Sandra): “Sobre a execução fiscal é referente ao IPTU, né? O que que acontece? É, esse processo a doutora pode falar mais detalhadamente, mas ele já está resolvido. Segundo, sobre a taxa, o valor, do que ele é feito? Com base nos custos que vamos ter, né? faz uma previsão orçamentária, divide entre os moradores e coloca essa taxa, tá? E anualmente ela é reajustada de acordo com o IPCA.” – Com a palavra o Ernani Luiz Donatti Gragnanello: “O que eu gostaria de saber, assim, como, qual é a relação contratual entre os moradores e a associação para gerar a taxa e depois

✓

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

gerar uma cobrança de R\$ 40.000, que o senhor está dizendo, e outros valores. Essa formalização.” – Pessoa não identificada (nominada de Sandra): “Sim, você me perguntou como que era o valor e agora eu vou falar sobre isso. O contrato mãe da São Marcelo, o primeiro contrato é esse, é o ponto principal. Lá diz que a contribuição é devida a todos, independente de serem ou não associados. É o contrato mãe, tá? Isso a doutora também pode detalhar melhor para vocês com os termos jurídicos. Corretos, tá.” – Com a palavra o Ernani: “Só para gente entender, porque até agora ninguém me explicou para não por nada, é só para gente entender e esclarecer.” – Pessoa não identificada (nominada de Sandra): “Eu acho que é um momento importante mesmo, né, para que para que todos saibam, o contrato mãe é aquele primeiro contrato quando foi loteado o bairro.” – Pessoa não identificada (nominada anteriormente de Solange): “Boa noite a todos, em nome do Presidente, eu cumprimento as demais autoridades, vereadores, presentes, os munícipes aqui. É, respondendo a pergunta do Dr. Ernani, que trabalhamos junto, né, através da associação, enquanto foi presidente há muito tempo, eu vou pedir respeito para vocês, gente, porque, enquanto se está se falando, o outro escuta, porque senão a gente vai ficar numa situação muito difícil, né? Eu sei que têm pessoas é que posições divergentes, mas a gente precisa escutar. Nós vivemos num país democrático de direito e nesse patamar a gente está aqui para poder elevar uma discussão. Eu também como moradora e proprietária da São Marcelo, eu também fui convocada pelo Presidente, né, fui recebi um convite dele para estar aqui para falar sobre as melhorias do bairro. E é essa a intenção que nós viemos aqui para falar em nome das benfeitorias do bairro. Respondendo de forma legal, como advogada da associação, é, a pergunta do Dr. Ernani, essas questões elas estão sub judice, tá? O que que significa isso? Primeiro, lá atrás, em, só de breve relato, em 2008, acho uma coisa assim, é, questionaram essa cobrança da taxa da São Marcelo judicialmente alguns moradores. Essa decisão demorou, a justiça demorou aí 10 anos e foi devida, foi considerada no final a cobrança legal, devida e obrigatória, baseada em quê? Lá atrás já existe o seguinte, quando se foi feito o loteamento da chácara São Marcelo, você precisa de toda a documentação para aprovar isso no município. E lá atrás foi apresentado o contrato padrão do loteamento. Nesse contrato padrão do loteamento já estava lá a obrigatoriedade de se pagar uma taxa para associação. Foi criada essa associação e essa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

associação foi registrada. Depois desse período já se tinha, né, essa cobrança, inclusive o Torres era o nosso segurança lá na São Marcelo, né? Naquela época se cobrava R\$ 30 há muito tempo atrás. Depois, durante esse processo é que ficou parado, o que que a associação fez? A diretoria, a assembleia decidiu que enquanto se esperasse esse julgamento dessa decisão do Tribunal, não se cobraria mais e a associação esperaria o resultado. Infelizmente, a justiça demorou 10 anos para isso. Após esse tempo, em virtude dos grandes roubos que estavam tendo lá, furtos, os moradores se reuniram e novamente foi quando a Sandra falou que ela também foi vítima disso, como muitas outras pessoas. Nós tivemos até caso lá de roubo seguido do sequestro, foi realmente muito complicado. É, estupro, muita coisa, muito, era muito perigoso, realmente. E aí foi restabelecida isso. E novamente esse mesmo grupinho de pessoas, de moradores que não concordam com a associação e não concordam com o pagamento, eu não estou citando o nome, eu estou falando que é um grupo que é um grupo pequeno. Quando eu me, quando eu me refiro a um grupo, é um número pequeno. Hoje a chácara São Marcelo, gente, nós temos 378 proprietários, sendo que mais de 2/3 pagam pontualmente as taxas da São Marcelo. Então, porque é obrigatório, porque senão não pagaria, né? Aí em 2018, depois que foi instituída regularmente novamente a associação restabelecida, foi levado para assembleia devidamente convocado e foi novamente com os orçamentos foi aprovado a cobrança da taxa para poder fazer um serviço paralelo em complemento com a com o município, porque naquela época já o município já não tinha condições de garantir segurança, porque a São Marcelo está distante do centro urbano, faltava muita luz, faltava tudo muito lá. Aí isso é uma coisa que você tem que discutir com o município, não é com a associação. Aí o que que aconteceu? Em 2018, essas mesmas pessoas, elas entraram novamente questionando essa decisão, que era uma decisão que a gente chama para os advogados transitado, em julgado. O que que é isso? Não se discute mais. Acabou. É taxa legal, obrigatória e devida. Mas eles entraram novamente e entraram, teve o processo novamente e novamente a justiça disse a taxa devida, obrigatória, tem que se pagar baseado na documentação legal. Depois disso, a diretoria foi teve novamente uma assembleia e a assembleia decidiu que todos aqueles que estavam inadimplentes deveriam ser cobrados judicialmente e foi o que a associação fez. Todas as ações de cobrança foram julgadas procedentes



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tanto na cidade de Mogi Mirim como no tribunal. E isso é cobrança, Ernani? Não, você, como você está falando de você em Mogi Mirim você perdeu, em São Paulo colocou, só que é uma única ação, é uma única ação que foi contra a decisão do STF, que é a decisão do órgão supremo da justiça. Não, você, gente, tá, não. Então, gente, olha, eu não vou discutir com vocês uma ação que está na justiça, né? Quando se está na justiça, a gente vai chegar na justiça, a justiça vai decidir aquilo que é e decisão judicial a gente não se discute, a gente se cumpre, tá? Só voltando a falar aqui para o Ernani, essa cobrança, Ernani, é baseada na taxa, na obrigatoriedade disso, não é uma decisão voluntária, porque existe, na lei, esse o último julgado do STF, que você foi advogado, você sabe também, diz o seguinte: é baseado num contrato padrão, que é o da obrigatoriedade disso da lei, a cobrança é devida, acabou, não se discute mais isso se essa taxa é cobrança é devida ou não. Quando a gente fala da taxa, a gente hoje essa taxa está R\$ 150. A diferença, Torres, é para que foi aprovado na assembleia também a instalação de possível instalação de câmeras e para isso a gente precisa de dinheiro. Então, eu vou pedir de novo para vocês, gente, mais uma vez respeito enquanto eu falo, depois vocês têm todo o tempo para vocês falarem, está bom? Então, o que que nós estamos fazendo, Presidente? Esse é um processo legal. Nós estamos, diante disso, foram feitas todas as cotações de o projeto para se colocar isso, foi cotado com as empresas, foi levado para assembleia e a assembleia decidiu que há a necessidade de colocação dessas câmeras nas ruas, justamente porque nós, volto a falar, estamos afastados do município, nós estamos num lugar ermo com várias ruas sem iluminação, né? E então, é, essa cobrança, o que nós estamos fazendo agora? Depois, nós estamos é com o processo de aprovação junto à Elektro para saber da viabilidade de colocar essas câmeras nos postes da Elektro para depois desse, para depois dessa aprovação fazer os requerimentos junto aos órgãos competentes para isso, lembrando, gente, que eu não sei qual é o problema que tem essas pessoas que são contrárias que não querem benfeitorias, porque o sol nascente tem as câmeras lá faz tempo. Eu não estou falando em nome, eu estou falando em nome da associação de todos aqueles que estão adimplentes e é mesmo aqueles que estão inadimplentes. Ao que me parece aqui, a situação está que são muitas pessoas que foram acionadas judicialmente e que perderam. Agora, o que que eu posso fazer? Isso é uma decisão judicial. Decisão judicial a gente se cumpre. Então, tem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

peçoas que começaram a pagar e depois chegaram para gente e falaram: "Olha, aquela pessoa tal falou para a gente não pagar e que é para a gente assinar isso que não". Falei: "Olha, gente, é um risco que vocês têm, né, de vocês não pagarem porque é uma decisão judicial. Lá na frente vocês vão ter que pagar". Agora eu volto a falar para vocês, estou aqui em nome da associação, de toda a diretoria atuante para poder esclarecer aquilo, quais são as dúvidas que vocês têm. Quando eu pedi a palavra, Presidente, foi justamente porque a Sandra não é advogada e de repente termo técnico ela não vai saber. Para finalizar, Ernani, acho que foi o William que perguntou sobre a execução? É, foi você, desculpa, a execução que se teve, uma execução de 2006 e uma outra execução de 2018. A de 2006 é iluminação pública e a cobrança de IPTU. Em 2006 a gente estava nesse período de vacância, tá? Que significa o quê? Que a associação estava paralisada disso. Quando a associação retomou, nós entramos e nós já ganhamos parcialmente essa ação dizendo o quê? Que a cobrança da iluminação pública do lote da de todos os moradores que é da associação, ela é indevida. A prefeitura fez um recurso, está pendente de julgamento e a de 2018 na mesma situação. Nos outros anos depois de 2018 para cá, todos, eram as duas, IPTU e iluminação pública, 2006 e 2018. A partir de 2018, é, nós advogados da associação, nós entramos na justiça, no processo administrativo, para isentar a associação desse pagamento. Então, todos os anos nós fazemos o processo administrativo que isenta o pagamento de iluminação pública. Agora, quanto à questão de IPTU, isso está sendo pago normalmente, está bom? Então são essas duas ações só que se trata de execução fiscal que está pendente de julgamento também." – Com a palavra o Cristiano Gaioto: "Obrigado, Solange. Só um minutinho que está na frente aqui para dar a palavra. Não pode para você. Qual que é o seu nome? Felipe." – Com a palavra o Felipe: "Obrigado, senhor Presidente. Boa noite a todos. Boa noite, nobres vereadores, nobres vereadoras. Boa noite a todos os moradores da São Marcelo. Eu sou o Felipe Forte. Eu represento o senhor Alceu Forte, que está ali, aquele barbudinho, que parece o Gargamel, está ali. Tudo bem, vô? Eu represento o meu avô, que tem 88 anos, vai fazer daqui há duas semanas, 88 anos. O meu avô, ele é morador da São Marcelo desde os primórdios. Meu avô comprou um terreno lá, foi um dos primeiros, ele está lá desde os anos 70, mais ou menos. É, e ele tem uma história na São Marcelo. Eu sou neto dele, do seu Alceu, da dona

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

Maria Badia, do Rafael Forte. Muitos de vocês não os conhecem, mas ele é um dos primeiros moradores da chácara São Marcelo. Meu avô construiu o próprio imóvel, onde até hoje ele vive com a minha avó. O senhor Alceu tem uma empresa no bairro, né, que ele ajuda a complementar sua aposentadoria, empresa inclusive que ele trabalha até hoje todos os dias com 88 anos. O meu avô é um trabalhador, é um brasileiro que percebeu que a aposentadoria escassa não iria dar, então ele foi complementar a renda e ele tem uma empresa ali na chácara também. O senhor Alceu é um cidadão exemplar, tá? Ele sempre pagou seus impostos. É um cidadão de Mogi Mirim que paga os seus impostos exemplarmente, paga os seus funcionários exemplarmente, não tem nenhuma dívida trabalhista. Quando a São Marcelo era mato ali, os moradores se reuniram, pagaram do próprio bolso asfalto, água, pagaram e outros serviços ali do próprio bolso sem ter associação. Os próprios moradores se uniram, eu frequentei o bairro e durante a minha vida toda. Eu ia na casa do Bill, ia na casa do Dr. Joseph, da Alice, eu ia na casa da Virgínia, eu batia para nadar na piscina. Eu era cara de pau. Eu batia, nadava, corria dos cachorros. Eu conhecia todos. Hoje, hoje essa associação de bairro que prega uma associação de bairro, dividiu o bairro. A rua do meu avô é uma briga. E as pessoas ali, elas são taxadas por inadimplentes e adimplentes. Quem paga tem plaquinha no portão. Quem não paga não tem. Isso, gente, é um acinte. Num país democrático, num país democrático, isso jamais aconteceria. Jamais aconteceria. Isso é um acinte. E essa postura de impor taxa e acabou porque a justiça determinou, o princípio da imposição está errado. Não estamos numa ditadura. Quem vai impor uma taxa para moradores de um bairro, gente? É um bairro comum, tá? Como qualquer bairro aqui de Mogi Mirim, com 14 entradas. Tem, é um bairro, é um bairro comum, 14 entradas, linha de ônibus, não existe nenhuma resistência, nenhuma guarita para impedir as pessoas a entrarem. A prefeitura faz todos os serviços públicos ali, todos. Eu vou lá todos os dias na casa do meu avô para cuidá-los por questões de saúde. A Polícia Militar passa lá. Todos os elementos possíveis que o poder público possa oferecer já oferecem. Por quê? Porque todo mundo paga IPTU, paga imposto, todo mundo paga os seus impostos regularmente. A taxa é um acinte no estado democrático de direito. Só que o problema, senhor Presidente, é mais profundo, é muito mais sério e a ajuda que a gente precisa do poder público é muito maior. Porque o senhor já viu aqui que não

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

adianta a gente discutir, porque está na justiça. Não adianta a gente falar aqui, porque a justiça já determinou. O que vocês estão fazendo aqui é perda de tempo. É isso que está sendo posto aqui do outro lado. E é isso que a gente tem que mostrar aqui, pedir ajuda, suplicar ajuda para vocês. Porque o meu avô de 88 anos está devendo quase R\$ 30.000. Ele pode perder o imóvel dele por uma dívida que no boleto aparece condomínio chácara São Marcelo. Esse aqui é o boleto, R\$ 330 por mês, condomínio. Desculpa, desculpa, desculpa, vereador, só para fazer uma posição aqui. Eu preparei aqui um monte de coisa, mas eu estou revoltado pelas coisas que eu ouvi nos bastidores, inclusive que aqui ninguém conhece nada de lei, né? Então, como a situação é muito mais profunda, eu me dou o direito de me indignar por causa do meu avô que tem 88 anos. Eu não admito que façam isso com ele. Existe uma, existe uma, um boleto. Um boleto. Um boleto. Nós recebemos vários boletos todos os meses na nossa casa. Este boleto consta, eu quero que registre isso, uma ameaça velada aos moradores. Sabe por quê? Porque eu conversei com os moradores do bairro que pagam. Não vou citar nome aqui para não comprometer ninguém. Tem gente que paga com muito esforço, tem gente que está atrasado e sabe porque está com medo de não pagar a segunda parcela? Porque vai perder a casa. Então, existe algo velado de que as pessoas que não pagarem irão perder as suas propriedades. Gente, é um bairro, é uma pessoa que comprou, que se esforçou, que ralou a vida inteira para ter uma casa e vem uma associação e quer tomar, quer tomar por uma dívida que não deveria existir. As pessoas estão pensando agora que eu não entendo nada de lei, porque eu não sou advogado, e advogado entende de lei, gente. Isso é um crime que está acontecendo aqui. Existe uma existe, eu sei que eu estou me excedendo, mas eu vou me exceder, sabe por quê? Porque é um absurdo o que fazem com vó e com muitos de vocês aqui. Existe uma lei. Eu queria que alguém explicasse, eu queria que alguém explicasse a lei 11.331, alteração Lei número 11.331, inadimplentes poderão ser protestados por seu débito. Olha só, ninguém vai procurar essa lei. Mas eu fui procurar essa lei, que fala dos emolumentos de taxas de cartoriais. Veja bem, você coloca em caixa alta, num boleto, alteração, lei 11.331, inadimplentes poderão ser protestados. Veja bem, o meu avô de 88 anos não vai ao Google para pesquisar a lei. Ele vai ler e vai falar assim: "Poxa vida, eu tenho que pagar porque senão vou ser protestado". É isso que está acontecendo, senhor Presidente. É grave,

✓



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

muito grave. Estou me expondo aqui. Poderia ficar em casa com meus três filhos, bisnetos do seu Alceu, mas eu faço questão de estar aqui, porque eu acho que essa é uma briga de todo mundo que está há muitos anos nessa luta. Pessoas, gente, honestas. Uma associação, ela se dá para benefício da população e não divisão da população. O meu avô não conversa com os vizinhos porque os vizinhos pagam, o meu avô não paga. Não existe mais conversa. Eu peço só, por favor, para eu concluir, Presidente, porque é algo muito importante que eu que eu preciso falar aqui. Já falei sobre a linha regular de ônibus, já falei sobre tudo que acontece lá. E essa história é ainda mais constrangedora quando a gente encontra outras pessoas, dezenas de pessoas na mesma situação, na mesma situação, sendo protestadas. Medo, gente, de pagar e não perder o imóvel. As pessoas têm medo de vocês, vocês sabem disso, gente. Eu não sei como consegue dormir à noite. Tem medo. E veja bem, como que a gente pode, gente, preservar um bairro que tem uma história. A Chácara São Marcelo tem uma história. Como é que a gente preserva um bairro com divisão? Uma associação, é, eu não vou lembrar, é artigo 5º da Constituição, está na Constituição. A senhora que é advogada, a senhora sabe, está na Constituição. Lei, é, lei não, livre associação, gente, ninguém é obrigado a se associar. Começa daí. Então, o princípio está errado, tá? Eu não sou advogado, mas eu sei do que eu estou falando, porque a Constituição me protege. O princípio está errado. Qual que é o princípio? Cobrar à revelia. Todo mundo foi considerado associado quando as pessoas não simplesmente não queriam, porque elas já pagam seus impostos, ela já paga tudo. Então não há necessidade de uma associação cobrando uma taxa de moradores de um bairro, gente, um bairro como qualquer outro bairro de Mogi Mirim. Então, eu, como representante do meu avô, eu sinto a dor do meu avô, porque o meu avô, gente, ele tem 88 anos. Você recebeu uma carta da justiça que você está devendo R\$ 30.000 e que a informação é essa, não tem o que fazer. Ou o senhor paga ou o senhor perde o seu imóvel. É justo? O poder público pode permitir isso com seus munícipes? Pode? Algo tem que ser feito. É mais profundo, gente. A gente não está discutindo, discutindo apenas melhorias do bairro, porque as melhorias que elas propõem, nós já temos, já temos com a prefeitura trabalhando. É, é ridículo o pagamento de taxa condominial na São Marcelo. E é isso está acontecendo, tá? E não bastasse a cobrança retroativa desses pagamentos, porque veja bem, como ela



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mesmo citou aqui, ficou tanto tempo inativa, mas que por que então foi lá reativar e agora vamos cobrar e fazer um caos na São Marcelo? Agora todo mundo vai ter que cobrar. Agora a gente vai entrar na justiça, vai todo mundo ter que pagar a taxa, para quê, gente? Só para causar disputa. Disputa, pelo o quê? Se cada um tem ali o seu imóvel, a sua casa garantida, é um bairro comum ali, gente, cobrar taxa de um bairro comum, vocês moram em bairros comuns, quem não mora em condomínio fechado, é, condomínio fechado é obrigatório. Quem mora em bairro comum, imagine se chegasse um boleto na tua casa obrigando você a pagar uma taxa. E aí, qual que é a desculpa da associação? Iluminação pública, coleta de lixo. Ah, nós somos, estamos ajudando a população. Gente, isso é uma loucura. A gente não está vivendo no mundo. Eu sei do que eu estou falando. Eu não sou advogado, mas eu sei do que eu estou falando. Nós vivemos num país democrático, como a senhora bem disse, num país democrático, isso é inaceitável. E os senhores vereadores, gente, a gente pede, a gente suplica a vocês, algo precisa ser feito de uma forma bem contundente. E eu queria propor para vocês o que que a gente precisa para ser claro e está registrado aqui. Por favor, eu queria que, ah, primeiro eu coloquei aqui artigo 5º, inciso 20, garante a liberdade da livre associação, isso todo mundo sabe, está bom? Então, hoje os moradores não só são considerados associados à revelia, como são considerados inadimplentes e estão sofrendo processos judiciais gravíssimos. E como ela disse, pague, pague porque a justiça já mandou. Aqui não é mais com a associação, é com a justiça. Gente, falar isso com um morador que construiu a própria casa, que pagou imposto a vida inteira e agora uma associação cobrar R\$ 30.000 de uma pessoa que mora lá desde anos 70, isso é o quê? Cada um escolhe aí o que quer pensar, o que que significa isso, tá? Mas eu peço em nome dos moradores, senhor Presidente, que essa Casa envie um ofício a todos os juízes de Mogi Mirim com esclarecimento jurídico, nessas horas a advogada fica doida, com olha só, com esclarecimento jurídico que interrompa de uma vez por todas o entendimento da lei municipal 304/15 que está sendo utilizada de forma equivocada neste processo. E tem outros equívocos nesse processo que a gente também vai juntar documentos, vocês vão saber. Não existe nenhum condomínio fechado na chácara São Marcelo. Ali é um bairro, um bairro cheio de histórias, um bairro de gente trabalhadora, pessoa honesta, tá? Que construiu essa cidade de Mogi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mirim, que hoje está tendo as suas vidas anuladas, gente, por processos judiciais. O meu avô Alceu merece mais respeito. O senhor Orlando, a Márcia, as Marias, os Joãos, os Josés, todos os moradores da chácara São Marcelo merecem respeito. Se querem um país justo, democrático, aja com justiça. Não cobre indevidamente. Eu poderia me calar, eu poderia estar em casa, como eu disse, cuidando da minha família, mas eu estou aqui. E eu separei uma frase que eu gosto muito do Martin Luther King, que é uma pessoa que eu admiro bastante. Vocês que são jovens, estão dando risada, vocês vão gostar dessa frase. Nossas vidas começam a terminar no dia em que permanecemos em silêncio sobre as coisas que importam. A vida do meu avô, de todas as pessoas aqui importam, por isso que eu estou aqui abrindo mão do meu tempo, da minha família para defender todo mundo.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Obrigado. Obrigado pelas palavras. Passar a palavra agora à vereadora, pessoal. Pessoal, peço silêncio. Eu vou passar, antes de passar, a vereadora Mara faz tempo também que pediu a palavra aqui. Só antes de passar, Mara, olha, eu estou me sentindo, hoje, é um tapa na cara do poder público. Se esse risco for verdade, correr o risco de perder a casa, é um tapa na cara do poder público. Não, é um tapa na cara. Porque é o seguinte, o que a associação está dizendo é que ela está fazendo um serviço que deveria a prefeitura fazer. Poxa vida, cara. Mara, por favor.” – Com a palavra a Mara Cristina Choquetta: “Boa noite a todos. É, eu queria pedir a vocês, é, já foi pedido muitas vezes, mas vamos respeitar a Sandra, a Solange, a associação, porque eles estão aqui para fazer esclarecimento, assim como eu peço à Associação, à Sandra e à Solange, que respeitem essas carinhas cansadas. Eles não queriam estar aqui. Muita gente de idade poderia estar brincando com seus netos em suas casas, descansando, mas de novo está aqui. Como diz o Cris aí, é uma reunião desgastante para todo mundo. É, os nervos ficam a flor da pele, mas é um problema sério. E eu acho que a gente dá para gente tentar conciliar, dá para gente tentar resolver da melhor forma possível educadamente na conversa e na lei. Eu queria fazer uma colocação. Todas as vezes que eu fui chamada na chácara São Marcelo, eu tenho muito contato com o pessoal da rua Ema, eu estou vendo vários aqui, todas as vezes que eu tive que ir lá para tapar buraco, o Oberdan atendeu a população. Todas as vezes, eu não sei quantas vezes eu chamei a Secretaria de Agricultura enquanto estava é o Oberdan, secretário, nunca foi negado. Teve outras ruas também, mas que eu não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 48/25

Folha Nº 43

vou ficar citando. Quantas vezes eu precisei pedir para o Ernani trocar a iluminação, porque tinha uma luz queimada, era no prazo de um ou dois dias. Nunca houve negativa da prefeitura municipal. Então, galhos, essas coisas, coleta, eu confesso que eu não pedi porque ninguém me chamou, porque se chamasse a prefeitura estaria lá e ia fazer o serviço. É, eu quero fazer uma pergunta para Sandra. Quando se fala em monitoramento 24 horas que eles estão pagando, quem é que quem é que vai está pagando ou vai começar a pagar aí? Não sei, quem é que vai controlar a entrada e saída de cada um de sua casa? É uma pessoa? Quem é que vai controlar isso, Sandra? Pera aí, pessoal. Deixa a Sandra responder, por favor.” – Pessoa não identificada (nominada de Sandra): “É, nós estamos com um projeto, né, inclusive, é, está na Elektro para aprovação de vários detalhes. São câmeras, gente. É, como a São Marcelo, ela tem assim muitas vielas, né? Então, assim, é, existem vielas assim, é, eu não sei como chama, as travessas. É, é o seguinte, então a gente precisou aumentar o número de câmeras, por isso essa taxa extra que foi colocada. Então, esse vai ter várias câmeras, as ruas vão estar, tanto a entrada quanto a saída vão ter monitoramento. Esse monitoramento ninguém da diretoria vai ter acesso, por quê? Porque assim, a gente não pode ficar, nossa, tal pessoa está saindo disso. Isso não vai ser. Vai ser por uma empresa especializada.” – Com a palavra a Mara Cristina Choquetta: “Porque aqui nos nossos bairros, no centro da cidade, aonde tem câmera de segurança, é monitorado pela Guarda Municipal.” – Pessoa não identificada (nominada de Sandra): “Inclusive nós vamos disponibilizar, Mara, para a polícia.” – Com a palavra a Mara Cristina Choquetta: “Eu mesma coloquei várias câmeras de segurança em bairro, no centro, Martim Francisco, é tudo monitorizado por um órgão competente, tá? Obrigada, Sandra. E agora eu queria fazer uma pergunta, pessoal. Nós estamos aqui com vários secretários, pessoas capacitadas para estarem no cargo que estão. Nós estamos aqui com a Adriana, que é do nosso setor jurídico, é a nossa secretária. E para ela eu quero fazer uma pergunta baseada no que aquela moça falou lá. Eu quero saber o seguinte, qual é a lei, Adriana, no Brasil, que obriga o cidadão a pagar uma conta que não deve, uma conta que não fez, algo que não comprou? Eu quero saber o número dessa lei que obrigue eu a pagar uma conta que eu não devo. Obrigada.” – Com a palavra a Secretária Adriana: “É, boa noite a todos. É, obrigada, viu, Cristiano, Mara, João, Williams, Ernani, Robertinho,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 78/25

Folha Nº 44

93

Ademir, um prazer estar aqui. Marcos Cegatti, não vi. É, o Mara, eu fico é, é complicado a gente é dar opinião jurídica sobre um assunto que eu não tenho conhecimento profundo, eu não conheço os autos, né? Não existe uma lei específica que obrigue ninguém a pagar nada, lógico, né? Que não seja devido. É, pelo que eu entendi que ela quis dizer, na verdade, se tratam daquelas execuções que a associação está, é, ajuizando contra os moradores.” – Com a palavra a Mara Cristina Choquetta: “Algo que não foi assinado, que não tem assinatura, que não tem a ciência daquilo. É, mas eu só queria saber se tem uma lei que obriga a pessoa a pagar o que não deve, porque eu desconheço.” – Com a palavra a Secretária Adriana: “Não, de jeito nenhum. Não existe lei que obriga pagar o que não deve. Isso eu posso te garantir que não existe. É, eu não posso falar sobre os autos porque eu não conheço o processo, não estudei o processo, né? O que eu poderia orientar os moradores, é, inclusive já adiantando o que o Neto falou, é, a gente também não pode oficiar o juiz solicitando qualquer coisa, porque nós somos estranhos ao processo, né? O que eu orientaria vocês como profissional do direito? Procurem um advogado, né? contratem um advogado e eu acho que ele vai poder ajudar vocês nesse sentido.” – Com a palavra o Felipe: “Só pela ordem, é, senhor Presidente, é, isso é algo, o oficiar, talvez, eu me equivoquei, não sei, mas talvez a gente, é, ter alguma peça do próprio, é, não sei, da advocacia, não sei como chama aqui juridicamente, uma peça para é um informe, eu não sei, algo para que a gente possa encerrar, gente, porque existe um entendimento equivocado deste processo na base do processo. E é tão simples, gente, agora, humanamente falando agora, Sandra, né, Sandra? É, eu tenho certeza que a senhora não é feliz de ver uma divisão no bairro que a senhora gosta, a senhora vive. Então, acho, gente, que é uma coisa tão óbvia. A gente precisa viver, meu vô viver lá em paz, as pessoas viverem em paz, sem o bairro ter sido ocupado por uma associação que hoje manda no bairro. O bairro não tem dono. A gente só pede. E gente, tem uma forma de você encerrar isso. Ah, justiça determinou porque já está transitado, em julgado. Veja bem, se quem processou retroceder, tudo pode mudar. Tudo pode mudar. A senhora sabe disso? Tudo pode mudar. Então, gente, é tão simples. Nós só queremos viver em paz. As pessoas não querem ter plaquinhas de quem paga e quem não paga na porta de casa. As pessoas estão sim sob pressão para pagar.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Vou até

✓



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 48/25

Folha Nº 45

pegar um gancho, falar para assim, ó, a gente do poder público, a gente que está como vereador, eu vou dar o exemplo a vocês do IPTU de dívidas que os que os munícipes têm com a prefeitura e é muito alta. Para vocês terem uma ideia, nós fizemos 17 vereadores, fomos lá no prefeito. Prefeito, precisa fazer um refiz para tirar essas multas e juros, porque assim, ó, a gente vê o morador perder por causa de IPTU, perder é muito triste, a gente tem que lutar. Então eu peço aqui à associação que a gente tenta chegar em algum acordo, alguma coisa assim para que não chegue nesse caso, porque a gente aqui, o morador de qualquer bairro, nós chegamos e acabaria no dia 11 de junho esse refiz, nós fomos lá de novo, prefeito, dá mais 30 dias e se bobear nós vamos pedir mais 30 dias, porque a cidade, o povo, principalmente quando a gente fala, a gente passou por uma pandemia, todo mundo teve problemas financeiros. Então eu acho que agora é hora, por exemplo, eu vou fazer uma pergunta. Tudo que é feito quando você tem uma associação de qualquer coisa é aprovado por assembleia. Vocês não participaram da assembleia? Mas assim, ó, uma coisa que pode mudar uma assembleia, vocês que estão fazendo parte, você reunir um grupo, acho que 50% e solicitar uma convocação extraordinária, não sei como que está o estatuto, porque isso é tudo é via estatuto. Eu sei porque a gente faz pela Câmara. Vocês, por exemplo, não é só vereador que tem direito a fazer projeto de lei, direito de pedir, o munícipe também tem, e isso consta na nossa lei. Isso devia estar constando também no estatuto da associação, permissão para que façam uma extraordinária e nessa extraordinária vocês colocarem de novo uma discussão, porque assim, nessa parte de taxa, de tudo, nós vereadores nós não vamos poder entrar. Isso é o fato. O que nós vamos entrar é cobrar do executivo. Se está cobrando taxa para fazer alguma coisa, o executivo é obrigado fazer. O prefeito tem que fazer, o secretário tem que fazer. E pelo que eu estou vendo aqui, por você estar falando, está se fazendo, está se fazendo. Você vai falar sobre a taxa?” – Com a palavra o Willians Mendes de Oliveira: “Vou falar, senhor Presidente. A Dra. Solange, eu queria fazer uma pergunta a ela aqui que ela acabou de dizer agora a pouco, doutora, em relação à taxa de iluminação pública, que a senhora falou que um dos valores que estaria associado ao valor que é cobrado pela associação a falta de serviço da iluminação pública.” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Não, o senhor entendeu errado, o que eu quis dizer foi a execução, desculpa, a execução que eles, que o

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

Ernani me perguntou foi sobre a execução fiscal contra o terreno da associação. Quando foi feito o loteamento, foi doado um terreno para a associação que seria a sede. Esse terreno é da associação, na verdade é de todos os proprietários da São Marcelo, quando nesse período da vacância, é isso que eu quis explicar, que quando você estava discutindo a lei, a prefeitura entrou com uma ação cobrando o IPTU desse terreno e a taxa de iluminação pública desse terreno. Foi quando a associação, através do jurídico, né, entrou na justiça e ganhou que a iluminação pública cobrada desse terreno, do terreno é ilegal, e o IPTU todos os anos a gente entra na prefeitura, como trata-se de um terreno, de uma associação sem fins lucrativos, pedindo a isenção disso. É isso que eu quis dizer, não que nós cobramos é não, o que se cobrou depois é que se dá não tem nada a ver com a iluminação pública de todo mundo, tá? Só aproveitando, só é respondendo é para o Gaioto, desculpa, é que, Presidente, a lei, existe uma diferença, se você não sei, desculpa, eu assim se tenho o conhecimento de associação em condomínio. Associação de moradores, hoje em Mogi Mirim, vamos citar Mogi Mirim, Mogi Mirim nós só temos um condomínio, que é o Costa Azul. Os demais são todas associações, Jequitibás, Morro do Sol, Embaixador, são associação de moradores. Então, quando a gente fala em associação, a gente fala em taxa de contribuição, vulgarmente as pessoas chamam de condomínio, tá? Mas condomínio é condomínio de edifício do Costa Azul apenas, tá? Os demais, aqui em Mogi Mirim, não têm, são todos associação. Quando se está aí que as pessoas falam: "Ah, porque está cobrando a taxa de condomínio da São Marcelo e a taxa de associação. "Ah, o tribunal já decidiu, o STF, que é o órgão máximo lá, decidiu que o seguinte, mesmo se tratando de um loteamento aberto, a taxa é devida em virtude do contrato existente com o loteador que fez o loteamento da chácara, o contrato de compra e venda. Então, isso ele obrigou herdeiros e sucessores. Então, eu até entendo aqueles que falam: "Olha, eu não assinei nada". Isso, isso, é isso mesmo. Então eu não assinei nada, eu não me associei. Mas isso é lei, gente, lei a gente não discute, a gente cumpre. Só voltando a falar para vocês, quando foi instituído isso, a São Marcelo, ela não tinha ligação de água, não tinha asfalto. Aqui nessa mesma Casa, acho que o ano passado, aqui o ano passado, foi se discutido que a gente queria que a seu que o bairro São Marcelo continuasse a voltasse a ser exclusivamente é residencial. E aí nessa Casa aqui foi aprovado que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

não, que ele é predominantemente residencial e foi constatado que é a chácara São Marcelo é uma chácara de recreios. Então a prefeitura não tem nenhuma obrigação, o Dr. Oberdan pode falar isso, em fazer, é, asfalto e esgoto na São Marcelo. Estou errada, Oberdan? É uma chácara de recreação, quem vai ter que fazer o esgoto e o asfalto é os moradores. No passado, o por que que na São Marcelo eles perguntam o seguinte: "Olha, por que que na São Marcelo tem ruas que tem asfalto e ruas que não tem?" Porque quando a associação, lá atrás, foi em cada um para poder assinar, muitas pessoas não quiseram pagar e o asfalto que dessas ruas foi feito de forma particular. Por isso que, se você chegar, por exemplo, na rua da minha casa, chega na esquina tem asfalto, aí ela tem um pedaço que não tem asfalto porque o vizinho do lado não quis pagar, os vizinhos de baixo também não tem. Quando começa a minha chácara, começa o asfalto de novo. Então, em vários pontos da São Marcelo acontece isso, porque o asfalto não foi público, o asfalto foi particular. E o Ernani lembra que nós somos exemplo até do posto de reciclagem, certo, Ernani? Quando você esteve lá, o posto de reciclagem para estar fazendo isso e o Ernani também enquanto secretário, o Oberdan, ele já estava usando uma expressão de saco cheio da associação de tanto, é mentira, Ernani? De tanto pedido que a gente fazia, o Cunha da iluminação, de conscientização. A associação ela não só está isso, ela está atrás de tudo. Vocês nem imaginam o trabalho que tem a Sandra, a diretoria de estar fazendo isso. Entendeu?" – Pessoa não identificada: "Agora deixa eu falar um pouquinho, deixa eu falar um pouquinho, acabou seu tempo." – Pessoa não identificada (nominada de Solange): "Então, só colocando com respeito ao senhor Alceu, só para finalizar, com respeito ao senhor Alceu Forte, o senhor Alceu, ele foi um dos primeiros realmente proprietários lá, inclusive ele foi por anos presidente da associação, que quando nós assumimos lá atrás, eu estou mentindo?" – Pessoa não identificada: "Quando não se pagava, quando não se pagava." – Pessoa não identificada (nominada de Solange): "Ah, não havia cobrança assim, sempre houve. Eu fui buscar os documentos inclusive na casa dele." – Pessoa não identificada: "Acabou seu tempo, agora, deixa eu falar um pouquinho." – Com a palavra o Willians Mendes de Oliveira: "Bom, senhor Presidente, só para finalizar aqui agora, depois passar a palavra lá para o morador lá. Eu vou passar o ponto de vista aqui, Mara, João Victor, Ernani, Ademir, Cegatti, Robertinho. É, como o senhor colocou aqui,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

foi muito bem colocado. Se tudo isso de fato estiver acontecendo, Mara, é um tapa na cara nossa. Já pensou, Robertinho, se o Laranjeira, que ficou 40 anos sem asfalto, sem iluminação, sem esgoto, tomar esse rumo, como que vai ser? Então, diante dos fatos que foram apresentados aqui, senhor Presidente, se isso for comprovado que, no caso, o executivo não esteja cumprindo com suas ações devidas e a gente continuar do jeito que a gente está aqui sentado olhando, nós não somos dignos de estar nesse lugar. Então, quero falar aos demais vereadores aqui, porque se toda associação começar a tomar esse caminho, como vai ser a nossa cidade? É, diante dos fatos que foram colocados aqui, eu vou pedir aos vereadores aqui presentes, aos demais, nós vamos reunir ainda essa semana, porque se de fato os serviços que tem que ser realizados pela prefeitura não estiverem sendo feitos como tem que ser feito, porque a chácara São Marcelo hoje está dentro de um perímetro urbano, nós não vamos ficar sentados como nós estamos aqui, nós vamos cobrar do poder público. Nós vamos rever as leis que passaram por essa Casa. Em relação à segurança, Mara, já foi no passado, Mogi Mirim, o governo hoje vem trabalhando muito. Existe uma proposta para ser apresentada para nós, que é a cidade inteligente, aonde vai gerar muita segurança para o município, certo, Mara? São mais de 800 câmeras que serão pela cidade. Nós vamos cobrar do poder público tudo que foi falado aqui e vou deixar gravado aqui. Se o poder público não estiver fazendo as suas obrigações, como foi colocado pela associação aqui, o poder público vai ser cobrado nessa Casa como tem que ser, Marcos Cegatti, meu amigo vereador. Como o senhor falou, essa Câmara é uma Câmara diferente e o nosso trabalho aqui é trabalhar para o povo, sem cor, sem raça. Esse é o nosso papel aqui, fazer justiça. E, se for justo, que acabe com isso, nós, eu vou trabalhar para isso. Não vou admitir aqui a gente fazer o papel de besta aqui, de chegar alguém aqui e falar que o serviço público não está sendo realizado, que foi dito aqui, e a gente ficar aqui. Eu tenho aqui um vereador do meu lado, o Ernani, que foi Secretário de serviços. Olha o peso que é isso, Ernani, para você. Temos ali o Secretário atual, Oberdan, temos ali o Secretário de planejamento, Henrique, e temos a Secretária de negócios jurídicos. E nós vamos cobrar de todo departamento da Prefeitura o que tem que ser feito em relação a isso. Obrigado, Presidente.” – Com a palavra o Adilson: “Boa noite a todos. Meu nome é Adilson. É, boa noite ao Presidente, aos vereadores, à população. Estamos aqui de novo, né,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mais uma vez para pedir que não só a justiça seja feita, mas para que vocês possam olhar um pouquinho mais com carinho, como já tem olhado para São Marcelo, e ver essa impunidade que está acontecendo lá. Sou morador de São Marcelo desde 2017. Lá está a minha empresa lá fixada, estabilizada lá naquele lugar. E ela usa essa cláusula aí do contrato padrão que está ali na cláusula B ali aonde diz que todo morador é obrigado a pagar uma taxa sim para manutenções do bairro e de ruas. É o que está escrito lá. Eu acho que o amigo leu lá. Só que lá tem uma cláusula que ela corta no processo. O meu processo não está aqui, mas eu posso trazer a presença de todos, aonde ela não apresenta a cláusula C, que é até o término do pagamento, ou seja, quando eu acabei de pagar meu terreno, deixa de existir a cláusula B, ela cortou no processo todos os processos na então a cláusula C, tá? Agora eu quero dizer, eu sou uma pessoa abençoada por Deus que nós ganhamos na justiça, perdemos em Mogi Mirim, perdemos em São Paulo. Isso é porque, perdemos, é ganhamos em São Paulo, perdemos em Mogi Mirim, ganhamos em São Paulo. E agora ela recorreu no STJ de Brasília, mas onde o Alexandre de Moraes tem uma lei dele próprio que fala que ninguém é obrigado a se associar e nem ser associado. Então, para honra e glória do Senhor Jesus Cristo, eu creio que ela já perdeu essa também. E eu quero dizer, eu moro na rua Anselmo Pessini, onde é uma das entradas, uma das entradas, tá? Lá tem quatro, sete entradas, contando na frente são quatro entradas, tá? São quatro, uma, duas, são quatro entradas na rodovia principal. Eu moro numa das rodovias, numa das entradas onde estabelece a minha empresa. Comprei o terreno da entrada principal onde havia uma placa da associação. Pedi para que ela tirasse a placa. Ela falou que ela ganhou na justiça o direito de ter a placa lá. Eu mesmo fui lá e arranquei a placa. Está sem placa nenhuma. Mandei arrancar. Pedi, agradeço aí o setor de trânsito aí que me auxiliou aí para retirar a guarita, retirar também o carro que ficava parado em cima do meu terreno que eu comprei e paguei. E por mais, ela entrou com um processo agora contra o antigo morador e o antigo morador já deve R\$ 4.700 para ela. Aonde dentro do grupo dela, entro dentro tem um grupo de associação deles, tá? Aonde dentro do grupo da associação deles lá, ela disse o seguinte, que ela não ganha nada da associação para processar os moradores. O que ela ganha é aqueles 10% e o valor é processual que é gerado no processo. Todo processo, quando um advogado entra, ele tem direito de receber da parte que perdeu e até



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mesmo porque eles pedem é gratuidade no negócio, direito a receber da prefeitura, do estado e recebe mais 10%. Se eu devo 100.000, eu vou ter que pagar 120 para ela, porque é o que ela ganha da associação. Ela não, ela não, ela não cobra nada da associação, ela cobra só dos moradores. Outra coisa, dentro do próprio grupo, quando se questiona os inadimplentes, eu sei tudo que está escrito lá, eu vejo, tá? É, que nós vamos comer picanha e tomar cerveja com dinheiro de inadimplentes, tá? Outra coisa, outra coisa, dentro do grupo, principalmente nos últimos dias, dentro do grupo, tem sido muito questionado o aumento de R\$ 150 para R\$ 350 por conta das câmeras, e a resposta é justamente a que a Sandra deu aqui, vocês não participaram da assembleia, perdeu o direito, agora tem que pagar. E ela disse que é possível a instalação da câmera, já foi aprovado e já foi entre três orçamentos foi aprovado um orçamento de R\$ 650.000 para a instalação das câmeras. Está lá no grupo dela. Então, é, aí ela falou que está monitorando. Aí eu queria perguntar porque ela falou que antes a associação, ela falou assim e ela afirmou que antes o poder público, ou seja, a Prefeitura não tinha condições de cuidar da rua, cuidar do descarte, do lixo, da iluminação. Antes a prefeitura não tinha nada desse, por isso que lá atrás era cobrado, tá? Mas aí por 10 anos deixou de cobrar. Aí voltou a cobrar em 2018. Agora eu pergunto para vocês que são aqui, fazem parte da bancada, faz parte da prefeitura e de todos os órgãos que tem aqui. De 2018 para cá, por acaso vocês não têm condições de cuidar da São Marcelo? Porque ela falou que antes cobrava porque vocês não tinham condições. Agora está cobrando por quê, então? Agora, eu gostaria de saber que nem a doutora disse que a prefeitura não pode e, realmente, não pode entrar lá no meio do processo e tudo aquilo. Mas nós moradores, nós podemos colocar aqui hoje, não somente hoje, mas todos os dias, é colocar um pedido e demonstrando para que a Prefeitura entre nesse processo como réu, porque ela está sendo vitimizada dizendo que não está sendo cumprido o papel dela no poder público. Eles estão dizendo e eles têm, eles colocam num processo que eles fazem limpeza pública, que eles fazem tudo, aonde no próprio processo nosso, a gente tem um documento do próprio Prefeito Paulo Silva dizendo que eles não têm autoridade para fazer nada disso, tá? Então eu gostaria de saber se existe juridicamente uma forma da gente pedir para a prefeitura e para o setor jurídico da prefeitura adiantar com um processo ou então processar eles por calúnia, porque o que eles



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

20

estão falando é calúnia. Então caluniando a Prefeitura dizendo que são eles que fazem todo o serviço público aonde na frente da minha casa é feito. É feito lá sabe o quê? É feito blitz polícia militar. É feito blitz de polícia rodoviária bem na frente da minha casa, na rodovia, entendeu? Na frente da minha casa, eu tenho eu tenho 39 câmeras em volta da minha eu tenho câmeras apontadas até para o terreno que eu comprei, sabe por quê? Porque mandaram colocar fogo no terreno lá antes de ser meu. Mandaram colocar fogo lá e processaram o coitado do dono. E o coitado do dono teve que pagar R\$ 8.000 de multa porque ‘ponharam’ fogo num terreno, porque a associação entrou com uma denúncia contra o morador que tinha ‘ponhado’ fogo no terreno. Aí ele teve que pagar R\$ 8.000. Hoje eu tenho câmera monitorando o terreno que eu comprei, por quê? Porque senão capaz de eu ser processado por fogo lá também. Mandei passar a máquina, gastei R\$ 3.500. Mandei passar a máquina no terreno para deixar limpo, sempre limpo, para não correr esse risco, porque vindo da associação você pode esperar qualquer coisa, tá?” – Com a palavra a Mara Cristina Choquetta: “É muito obrigada, Solange. Eu passo a palavra, pessoal, só um minutinho, por favor. A Solange tem direito à resposta, está bom? Ela vai fazer a resposta dela aí com vocês, Solange.” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Presidente, é, eu sei, está sendo filmado, está sendo gravado, né?” – Com a palavra o Adilson: “Deixa eu falar outra coisa aqui, só mais um minutinho. O Presidente falou que a gente poderia reunir 50 pessoas, ir lá tal. Deixa eu falar. Em 2017 eu entrei lá, a Sandra ela era presidente em 2017. Ela era ainda advogada e também dona empresa que administra os valores, a Cemax, tá? Administra os valores da associação. A Cemax proprietária, tá? Advogada. Remax. Proprietária, ela é advogada da empresa, ou seja, da associação, ela. Pera aí, de 2017, a gente sabe qualquer que órgão é seja precisa de 2 anos, tem que mudar toda a diretoria. Por que 2017 até agora continua sendo a mesma presidente? Por que que a gente não pode colocar lá uma advogada que não mora na São Marcelo, que não trabalha e nem tem nem é associado? Por que a gente não pode ‘ponhar’ o advogado? A gente não pode votar, viu, Presidente? Porque só pode votar quem paga a taxa. Quem não paga a taxa não pode participar da assembleia.” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Presidente, Presidente, é, restabelecendo, está sendo gravado. Eu vou requisitar já uma cópia disso para a associação, para que a gente possa tomar as providências

✓



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

em virtude das acusações de difamação que está sendo imputado aqui e calúnia contra a minha pessoa e contra os membros. Ah, Presidente, gente, eu escutei o tempo todo vocês falando, por favor, respeito. Então, eu quero só colocar o seguinte para vocês. Eu, nós, enquanto associação, é, eu já fui como advogada nos processos, eu pasme, mas eu já fui acusada de ter tentado atropelar uma moradora. Vocês acreditam nisso?” – Com a palavra o Adilson: “Tem filmagem, tem filmagem.” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Eu fui acusada que o meu marido, por ser procurador de justiça, ele não sabia das atrocidades que eu fazia pelo bairro. Até então, isso daí são, eu só me ative a fazer a defesa da associação, que eu continuo fazendo até hoje. O Willians lembra quando ele foi secretário do esporte, quanto nós enchemos o saco dele para usar a verba impositiva que o vereador Gerson para fazer a academia lá na São Marcelo. Então, a gente está ali para trabalhar em conjunto com a com a prefeitura. Nós estamos para trazer junto a melhoria para o bairro junto com a prefeitura. E aquilo que a prefeitura não atende, a gente está ali para ajudar. Agora, eu gostaria só, se eu estiver errado, o Ernani me corrige, o Ernani não, o Oberdan e o Henrique me corrigem. Se no plano diretor tem a classificação de chácara de creio, a prefeitura, só respondendo ao senhor, a prefeitura não tem obrigação pelo plano diretor de por ser chácara de recreação, de fazer o asfalto e nem o esgoto na São Marcelo. Está certo?” – Com a palavra o Adilson: “Mas a associação vai fazer com o dinheiro que está recebendo?” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Evidente. É por isso que a gente agora, gente, todos estão sendo todos os propriedade.” – Com a palavra o Adilson: “Está gravado, hein? Vai ter que fazer asfalto, hein? está gravado. Vai ter que fazer asfalto. Vai ter que fazer o esgoto também.” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Todos os proprietários, todos os proprietários.” – Com a palavra o Marcos Paulo Cegatti: “Senhor Presidente, pessoal, por favor. Senhor Presidente?” – Com a palavra o Adilson: “Vai ter que fazer esgoto e asfalto, hein? Vou começar a cobrar lá no grupo. Ó, pode, ó, o pessoal do grupo aí, ó, pode, pode cobrar que ela vai fazer.” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Gente, mais uma vez a associação, os rendimentos da associação, qualquer obra que a associação vá fazer, ela passa por uma assembleia, discussão, aprovação e orçamento. Hoje a associação está cobrando essa taxa para implantação dessas câmeras que depois vão ser cedidas para ‘Conseg’,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

né, que é o órgão da Secretaria de Segurança para que ela depois faça.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Pessoal, por favor, silêncio, é porque nós não temos muito tempo, nós temos só mais 35 minutos.” – Com a palavra o Marcos Paulo Cegatti: “Senhora Solange, só pode responder uma pergunta minha, por favor? É ‘rapidaço’, ‘rapidaço’. Sou o vereador Cegatti. Eu estava em aula. Vocês me desculpem por ter chegado atrasado, mas tenho uma colocação importante para ser feita. Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, em 2023, 11 de abril, foi expedido um documento e mediante, eu já estava aqui na legislatura passada, e é interessante porque a gente foi julgado, a gente foi condenado, a gente foi massacrado aqui dentro por ter votado contra ter feito a lei que proibia a São Marcelo de ser fechada, porque é uma injustiça com os moradores, porque ninguém pagou lá para estar em condomínio. Aí vem a pergunta: em atenção ao expediente acima evidenciado, tenho de informar vossa senhoria que a Lei Complementar 304/15 regulamenta exclusivamente os loteamentos fechados, os quais para serem assim considerados é necessária autorização legislativa para a desafetação das áreas de uso comum do povo e integradas na categoria de bens ‘domiciais’. Vinculado a obediência aos ditames, o aludido dispositivo legal, a exemplo do que foi feito em vários loteamentos em Mogi Mirim, como por exemplo Jardim Embaixador, Portal do Lago, Condomínio Morro Vermelho, Residencial Jequitibás, dentre outros, todos com controle de acesso de seus moradores visitantes. Resposta do prefeito. No que diz respeito à chácara São Marcelo, não há legislação municipal que autorize o seu fechamento ou a concessão de uso de suas áreas à associação de moradores, bem como de cobranças específicas a supostos serviços prestados pela mesma. A minha pergunta é simples. Por que que a lei 304 de 2015 ela é usada no processo contra os moradores, sendo que essa lei ela não evidencia e não obriga nenhum tipo de taxa?” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Não, deixa eu responder para o senhor. É, quando foi votado aqui, não foi votado o fechamento do bairro, foi votado o plano diretor, onde a gente reivindicava que o bairro voltasse a ser exclusivamente residencial. Foi isso que foi votado. Quando a gente está falando, a justiça, que não é o caso, mas a justiça determina o seguinte: existe no município lei que determine a cobrança, no, posterior a 2017, que quando teve o julgamento do STF, é isso, é nesse sentido que a lei é colocada, que na cidade existe a lei municipal que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

determina a cobrança pros loteamentos fechados. A São Marcelo, como eu já disse, ela não é um loteamento fechado, ela é loteamento aberto. Porém, nós temos que se ter a decisão do órgão máximo, que é o STF, que diz que o contrato padrão, desde que tem o contrato padrão ou lei ou lei do município, a cobrança é devida. É baseado nisso que não é Solange que está falando, tá? É, são os juízes, são os tribunais.” – Com a palavra o Marcos Paulo Cegatti: “Mas a cobrança devida para condomínio fechado, já comportaria. A lei diz isso.” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Não, não, não, doutor. Não, não. Isso daí a lei que o senhor está, a lei que o senhor está citando é para esses loteamentos. No caso da São Marcelo, eu volto a falar para vocês, é uma decisão em cima do julgado da súmula que a gente chama da súmula 492, que determina exatamente isso, que tenha ou o contrato padrão ou lei municipal, é nesse sentido. Só tentando esclarecer isso para o senhor, tá? Então, voltando a falar, é, só para finalizar.” – Com a palavra o Marcos Paulo Cegatti: “A senhora me perdoa, ainda está colocando assim: “Olha, em atenção ao requerimento protocolado, venho considerar que, conforme Lei Complementar 304/215, em artigo primeiro a implantação de loteamentos fechados do município de Mogi Mirim, fica condicionada à expedição de diretrizes e aprovação de projeto urbanístico de parcelamento do solo. Novamente, a lei ela é especificamente clara, literalmente clara, loteamentos fechados. É isso que a lei que a senhora coloca nos contratos.” – Com a palavra a Solange: “Não, a gente volta a repetir para o senhor, essa lei fala de implantação de loteamentos a serem efetivados. Quando a gente coloca no processo.” – Com a palavra o Marcos Paulo Cegatti: “E o loteamento foi efetivado?” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “O loteamento já está desde mil novecentos e (trecho de difícil entendimento). Não, eu já acabei de explicar que é loteamento aberto. Eu não vou discutir, gente, com vocês a questão legal aqui que isso está sub judice.” – Com a palavra o Marcos Paulo Cegatti: “Mas é questão legal porque eles estão sendo processados, estão perdendo dinheiro. Tem gente aí passando mal.” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Tem gente representados por advogados excelentes no processo. Eles estão lá nos processos, todos eles que eu que eu saiba, é, estão todos eles representados, não tem ninguém sem advogado lá, entendeu? Todos eles estão sendo representados, isso. Quem está decidindo não é associação, não é Solange. Quem estão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 48/25

Folha Nº 55

Q

decidindo isso são os juízes, são os tribunais, é o STF, o STJ, não é a Solange que está falando isso, entendeu? Então eu, só para finalizar, Presidente, a gente teve, veio aqui justamente por causa do convite do senhor que seria melhorias para o bairro, né?” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Você vai ver a partir de amanhã lá. Só vamos cobrar.” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Então, é, isso seria ótimo. Mas eu só quero então só enfatizar para que o Oberdan disse se eu estou errado, Oberdan, lá São Marcelo é considerada chácara de recreação e não tem obrigatoriedade de fazer o asfalto nem o esgoto.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Mas, mas assim, ó, é até uma chácara de recreação, mas assim, ó, por exemplo, tem lugar por exemplo, como o sol nascente que vai ganhar asfalto. Então tem a possibilidade de a prefeitura fazer, não é uma obrigatoriedade, mas o prefeito está fazendo em vários lugares e a gente vai lutar para quem faz.” – Com a palavra o Marcos Paulo Cegatti: “Senhor Presidente, a São Marcelo não é só recreação, é misto, porque foi aprovado também tanto com negócios, empresas e também e aqui.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Lá tem o melhor sorvete também tem lá.” – Com a palavra o Marcos Paulo Cegatti: “Ainda tem uma documentação, ainda na consideração, considerando que o loteamento bairro da Chácara São Marcelo foi concebido e aprovado como loteamento aberto, ou seja, as vias são públicas. Considerando que o referido loteamento foi projetado e aprovado pelo município e implantado anteriormente à Lei Complementar 304/2015, então se é anteriormente a lei, por que que está sendo usada essa lei?” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Eu já expliquei, vereador, com todo respeito, eu expliquei de todas as formas. Eu não sei como mais eu vou explicar, senhor. Talvez o senhor queira que eu responda aquilo que o senhor quer ouvir, mas eu não posso ir contrária à decisão judicial. O que a lei fala é isso, nós estamos na súmula 492, que é a súmula, repito, do STJ, STF, que diz exatamente isso. Então, gente, o que que a gente quer?” – Pessoa não identificada (nominada posteriormente de Priscila): “Solange, só um minutinho. Eu acho que tudo, eu como advogada e representante aqui pela minha mãe, pelo meu pai, ‘Ditinha’ Franco Reinaldo Ferreira da Silva, eu tenho uma posição para você, tudo a sua explicação é baseado em lei, em Supremo Tribunal Federal. Então nós estamos conversando com uma população que não vai entender isso.” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Por isso que eu estou tentando

✓



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Q

explicar.” – Pessoa não identificada (nominada posteriormente de Priscila): “Eu vou ser sincera para falar para você, tenho um bom relacionamento com você, não é por isso que vou deixar de ter, mas eu acho que você tem que ver quem pode e quem não pode. Hoje tem pessoas que nem dormem para chegar uma conta de 20.000. Eu estou inadimplente com minhas duas chácaras porque nem meu pai nem minha mãe era favor dessa cobrança, das duas cobranças, espera só um pouquinho, deixa eu terminar de indagar aqui. Então eu acho que todos moradores que moram na chácara São Marcelo, eles pensam na dívida, entendeu? Num processo que é injusto uma cobrança. Agora vai colocar a câmara, todo mundo tem que pagar. Eu não concordo. Quem quiser câmara particular, coloca em casa. Então, você entendeu? Eu, na minha casa tem câmara em todos os lados, no meu escritório tem câmara em todos os lados. Agora, a moradora X quer colocar uma câmara, coloca na propriedade dela mesmo, entendeu? Agora, gente, adianta a gente colocar R\$ 350, está aqui o boleto sujeito a protesto, tal, eles ficam loucos. Eu entendo isso. Eu vim de uma classe pobre. Então eu entendo a preocupação dos moradores e devemos ser mais unidos e não divididos porque eu acatei tudo que o doutor falou aqui. Então, porque é graças a Deus, quem tem condições paga com maior prazer, mas quem não tem condições não tão pensando assim: "Ah, venda a chácara, venda a chácara". A chácara tem valor sentimental para cada um dos proprietários.” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Priscila, respondendo a sua pergunta. Desde que foi colocado isso que começou.” – Pessoa não identificada (nominada de Priscila): “Minha mãe foi presidente da entidade, nunca fez a cobrança.” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Olha, desde que foi colocada a cobrança, a associação, a diretoria sempre esteve aberta a tentar se fazer acordo com todas as pessoas. Tem várias, é difícil você falar, tem várias pessoas lá que, quando comprovadamente elas não têm condições, elas comprovaram isso para a associação, elas ficaram isentas disso. Outras que estavam com dívida quiseram fazer acordo. Olha, eu posso pagar em 10 vezes. A associação fez acordo. O que não se pode, o que não se.” – Pessoa não identificada (nominada de Priscila): “Quem não tem dinheiro para pagar?” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Mas o que que ela tem que fazer? Eu não posso responder, ela que tem que procurar a associação.” – Pessoa não identificada (nominada de Priscila): “A pessoa não dorme,

✓

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

a pessoa não faz nada.” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Mas ela tem, o Priscila, lá na São Marcelo a gente fez um levantamento lá. A gente, só para tentar resolver isso para vocês, nós fizemos um levantamento em todas as ruas, em todas as propriedades. Nós não temos, em exceção desses casos que a gente colocou, que eu não vou citar nome por preservação da identidade das pessoas. Nós não temos questões lá de miserabilidade, que a pessoa não possa pagar R\$ 150 por chácara, mesmo porque para você ter uma chácara na São Marcelo, você tem um custo muito alto, porque são 2.550m, lá tem um resíduo muito alto de galho e entulhos, por isso que a gente tem no posto de reciclagem uma caçamba que uma caçamba que sem nenhum custo é custeado pela associação que fica no posto de reciclagem as pessoas levarem lá.” – Pessoa não identificada (nominada de Priscila): “Por isso que nós temos o poder público para o poder público.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Vamos fazer uma conclusão aqui, pessoal. Vou passar a palavra ao vereador Robertinho Tavares, vereador do povo. Laranjeiras Futebol Clube.” – Com a palavra o Luis Roberto Tavares: “Pessoal, boa noite para todos. Boa noite ao nosso Presidente, aos vereadores aqui, o João, a Mara, o Gaioto, o Williams, o Ernani, ao Cegatti e ao pessoal da prefeitura que estão aqui, representando a secretaria e o Ademir, né? Esqueci do Ademir. Pessoal, é, eu ganhei uma eleição em Mogi Mirim e fui atuar principalmente para regularizar o Laranjeiras. Imagina 30 anos sem as melhorias, 30 anos sem esgoto. E que ouvi aqui que a chácara São Marcelo não tem esgoto. Imagina se eles fizessem uma associação para fazer as benfeitorias lá e cobrassem de cada morador, tá? Não foi feito isso. A prefeitura começou a atuar e hoje faltam 10 ruas para regularizar, tá. Então assim, é o negócio, pessoal, é lutar, é trabalhar em função para o bairro, tá? Mas vocês lutar pelos seus direitos. O Laranjeiras pagava IPTU, cobrou e hoje, Adriana sabe da luta que é para regularizar o bairro, mas faltam 10 ruas. Mas assim, nós cobramos o direito nosso porque nós pagávamos IPTU, tá? Pessoal da Chácara São Marcelo paga IPTU. A prefeitura, é R\$ 750.000 por ano. A prefeitura, pelos secretários que falaram aqui hoje, elas e o Gaioto com os vereadores, nós vamos assumir esse compromisso de estar cobrando mais efetividade da prefeitura lá. Ela já faz todos os trabalhos, tá? Nos autos, Dra. Adriana, que é a nossa secretária jurídica do município, no nos autos, o município não foi citado, mas deveria ser citado porque, citado,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

entre aspas, participar porque está sendo cobrado de vocês algo que a prefeitura já faz. Então assim, a gente poderia rever, entrar num processo para cobrar isso. Então, é, voltando assim, vocês podem contar comigo, tá? Eu gostaria que todos os vereadores, somos 17 e hoje está apenas aqui, se eu não me engano, oito, que todos os vereadores fizessem um compromisso com vocês. Eu estou com vocês.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Sidney Coser.” – Com a palavra o Sidney Coser: “Boa noite a todos. Uhh, para vocês também, uhh. Estou falando. Vai, porra, gente, vamos ouvir aí. Vocês estão com a razão. Vocês estão com a razão. Tem que buscar solução. Estou com vocês. Agora vou dizer uma coisa para vocês, com todo o respeito. Quando eu mudei para lá, eu que engraxava sapato, e o caralho a quatro, quando era moleque, eu queria uma chácara, eu queria um lugar ao sol e consegui. Só que lá, quando eu consegui, as ruas ermas, tubete de cocaína por tudo, toco de maconha por tudo, camisinha de vênus que os caras iam trepar naquelas ruas escuras. Era uma zona. Pera aí, deixa eu terminar. Pera aí. Era uma zona. Era uma zona. Dava vontade de ir lá também, pô. Aí, aí, gente, aí se criou essa guarda para poder está andando para lá, para cá. Queimadas. Pera aí. Queimadas. Todas as chácaras, sem exceção, sem exceção, as queimadas, todas as chácaras metiam fogo. O duro que nós estamos num lugar baixo e eles metem fogo no sábado e domingo quando não tem agente público. Aí tem só o guardinha lá, bibi, na frente da casa da gente para denunciar esses caras, para esses caras. Então, menos ruim ainda, menos ruim ainda é estar com essa, menos ruim ainda é estar ainda esta, a, essas guardas fazendo a vigilância dentro, eles só são dedo duro porque eles não têm armas, como é que eles podem fazer? Mas, mesmo assim, eu ainda acho que eu estou num lugar agradável. Outra coisa, gente, quando foi recriado, recriado a associação, todas as chácaras foram oficiadas para que se participasse desse evento para que se você tem bom gosto, se você gosta, deixa participar que esses caras metidos estão querendo fazer conosco. Foram, foram e aí elegeram-se o que estava lá. Não, mas é mais fácil eu fico assistindo à Rede Globo, deixa eles se foderem lá, porque não é. Eu pago 150 conto.” – Com a palavra o Willians Mendes de Oliveira: “Senhor Sidney, senhor Sidney, por gentileza, eu peço que o senhor respeite essa Casa.” – Com a palavra o Sidney Coser: “Desculpa, desculpe, desculpa, desculpa, desculpa, desculpa, desculpa. Então, gente, é, se foda escapou, desculpa, é força de, é, é porque eu me



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

senti em casa, por isso que eu faço assim. Bom, gente, então é o seguinte, então é o seguinte, vocês estão cobertos de razão, tem que buscar o direito de vocês, mas depois que o boi escapou, não adianta fechar a porteira. Agora tem que trabalhar em cima disso. Tem que trabalhar em cima disso. Então, se vocês acharem que vocês estão com a razão, recorram. Mas só para terminar, digo o seguinte, hoje perto do trabalho que se faz, porque quem quer ser presidente? Ninguém quer ser presidente. Quem quer ser candidato?” – Pessoa não identificada: “Eu me habilito a ser presidente aí. Eu me habilito a ser presidente e eu abro uma nova chapa, se caso necessário ainda hoje aqui presente na Câmara.” – Com a palavra o Sidney Coser: “Então, ótimo, ótimo, ótimo. Vamos, gente, estou com vocês. Vamos criar uma associação, vamos criar uma disputa para ver quem é o próximo presidente aqui, ó.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Por favor, ó, por favor, peço para a guarda ficar perto do plenário aqui, por favor.” – Com a palavra o Sidney Coser: “Estamos resolvidos, então? Hoje o metro, olha, o metro quadrado mais caro em Mogi Mirim hoje é São Marcelo, gente.” – Pessoa não identificada (nominada de Torres): “Eu queria deixar claro aqui o seguinte, eu acho que há um jeito muito fácil de resolver tudo isso aqui hoje. Tudo isso aqui. Hoje somos 365 chácaras lá. Vamos fazer o seguinte, vamos abrir um local aonde vai estar presente a grande maioria, se 51% dos moradores forem a favor da outra parte, que fique, que continue. Caso não, eu vou ser o presidente, eu me responsabilizo.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Pessoal, a gente daqui a pouco vai ter que terminar. Eu quero só falar o seguinte, vou passar a palavra para você, que é o seguinte. A gente estudou bastante o caso hoje e é assim, ó. O que que a Câmara Municipal pode fazer por vocês? A gente pode criar uma lei. Eu estou vendo aqui baseado no STF, nas coisas que, e nós podemos fazer uma lei municipal. Isso nós vamos pedir ao procurador jurídico amanhã um parecer sobre isso, baseado, porque aqui, ó, é o seguinte, toda a lei municipal, a gente pode criar uma lei municipal que regulamente a questão da cobrança de taxa de associação de moradores, pois a lei federal e decisões do STF podem ser complementados por legislação municipal. Nós não podemos fazer uma lei municipal que vá contra as leis maiores, isso a gente não pode, mas nós podemos regulamentar uma lei aqui. Isso a gente vai estudar com o nosso departamento jurídico. Não posso garantir que também que ó, vão apresentar segunda-feira, mas a gente vai entrar para ajudar. É o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que a gente pode fazer para vocês. Com relação à cobrança, isso é a parte judicial. Não cabe a nós fazer. Olha, o que vai acontecer aqui que até Solange pediu uma cópia. Essa cópia ela vai ser disponibilizada para qualquer pessoa, porque aqui é a Casa do povo, aqui é a Casa do povo, aqui é a Casa de vocês, transparente, como diz a vereadora Mara aqui, ó. E aqui, a gente, isso, essa cópia dessa, dessa ata de hoje, eu vou encaminhar ao Ministério Público, vou encaminhar, igual você falou lá do juiz, eu vou encaminhar. Eu não posso fazer um ofício, como disse a nossa Dra. Adriana, que é a nossa competente secretária jurídica. É, nós somos estranhos ao processo. Nós não podemos nos envolver no processo, mas nós podemos ajudar. Nós não queremos prejudicar ninguém. Nós não queremos que não tenha associação. O que pode se fazer em lei é facultar o pagamento ou não, como é o bairro que eu moro, quem quer pagar a ronda lá paga, quem não quer não paga. E pronto, acabou. É o bairro que eu moro é assim. E assim, então é o que a Câmara Municipal pode fazer para vocês, que a Câmara Municipal vai, ah, nós vamos anular processo, não vamos fazer nada disso porque não é competência nossa. Eu vou passar a palavra ao vereador 10 Ademir Júnior que está aqui pedindo a palavra. Por favor, Ademir, com você. Ah, não, o de vermelho lá. Desculpa, perdão, perdão, perdão, perdão, desculpa, perdão.” – Com a palavra o Alessandro: “Bom, Alessandro meu nome, também sou morador da São Marcelo há algum tempo e eu acho que é importante que todos os vereadores aqui discursaram, agradeço ao Gaioto, não sei o nome do William que está ali do lado, o último que prestou também depoimento. É bastante importante e gostoso de ouvir que a o legislativo, pelo menos de Mogi Mirim, vai voltar para a São Marcelo os olhos. Agora, os nossos vizinhos que não estavam aqui na última audiência pública, nós estávamos em quatro. Isso eu deixo uma pergunta para os vereadores e para o secretário (trecho inaudível) na última audiência pública, a palavra do poder executivo de Mogi Mirim falou, abram aspas porque não são palavras minhas. Se alguém duvida, é só pedir a ata: “A prefeitura municipal de Mogi Mirim não tem responsabilidades com São Marcelo. Nós não precisamos fazer absolutamente nada para o São Marcelo”. Eu moro numa rua que se alguém quiser vídeo compartilhado ainda tem as cenas de sexo que ele falou lá. Nas ruas escuras. A rua tem o vereador. Cadê o Gasparini? O Gasparini. Na praça tem porque a praça não tem luz. A rua Sebastião Gasparim não

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

tem um poste de iluminação no seu trecho. Ah, mas daí não dá, vizinho. Aí não dá, não dá. Todo lugar. Deixa eu concluir a pergunta, senhor Presidente. A pergunta é o seguinte. Agradeço a vocês. Falaram que vão virar os olhos para São Marcelo, e a gente fica feliz que é uma mudança de postura pelo menos os legislativos de Mogi Guaçu, de Mogi Mirim. Por que que acontece isso? Porque na última audiência a palavra foi o seguinte: a prefeitura não tem responsabilidade e não vai fazer nada por Mogi Mirim. Nós temos dois secretários aqui.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “A Prefeitura tem responsabilidade, os vereadores têm responsabilidade, população tem responsabilidade. Nós não podemos fugir disso. Nós fomos eleitos para isso e o povo espera isso de nós.” – Com a palavra o Alessandro: “E na ocasião foi discutido que os moradores de São Marcelo têm chácaras regularizadas, pagam o IPTU individualizado, mas a palavra do executivo é que não tinha obrigação com a gente. Eu moro numa rua que não tem luz, não tem asfalto, não tem nada e continuamos tendo os problemas. Então.” Com a palavra o Marcos Paulo Cegatti: “Com licença, a falta de responsabilidade é a mesma responsabilidade que a gente pode falar do Sol Nascente. A prefeitura não tem a responsabilidade inicial de colocar asfalto porque senão há uma cobrança desse asfalto. Essa também foi colocada na época na audiência. É sobre o asfalto também. Quando se fala de atenção é um bairro de Mogi Mirim, sendo bairro de Mogi Mirim não tem como a prefeitura não dar atenção. Isso é impossível.” Com a palavra o Alessandro: “Agradeço, agradeço as suas palavras. Agradeço as suas palavras. Mas, se o senhor recuperar a ata da última audiência pública, essas palavras estarão lá, é só olhar. Pode puxar a ata e lá está lá.” – Com a palavra o Marcos Paulo Cegatti: “Mas aí se torna uma fala genérica. Quando se fala responsabilidade é responsabilidade em relação a quê?” – Com a palavra o Alessandro: “Quando uma fala genérica dos secretários, dos principais secretários da prefeitura de Mogi Mirim, não parece ser tão genérica assim, como rua sem luz, sem asfalto, sem mais um monte de coisa.” – Com a palavra o Marcos Paulo Cegatti: “Eu me comprometo a pegar a ata. Eu me comprometo a pegar a ata, a redigi-la e repassar para todos os moradores.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Obrigado, Cegatti. Ademir, por favor, vereador Ademir Júnior. Depois o Ernani quer falar também.” – Com a palavra o Ademir Souza Floretti Junior: “Boa noite a todos, senhor Presidente, nobres vereadores, vereadoras, público aqui presente, assessores e

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

Q

mogimirianos que nos acompanham pela transmissão. Bom, estou atentamente ouvindo a todos que estão falando. Eu queria só entender o seguinte. Eu estou nesta Casa desde 2021, quando assumi o primeiro mandato. E eu estava aqui em 2022, quando a gente fez a votação do plano diretor. E naquele momento a gente discutiu muito sobre a mudança. O secretário Henrique já estava como secretário da questão do zoneamento, né, secretário, lá do São Marcelo. E naquela oportunidade foi apresentado por alguns vereadores uma emenda que mudasse o texto e deixasse aquela área, não deixasse mais ela mista. E a gente, eu me posicionei contra porque eu entendi que naquele momento era o melhor a ser feito. E eu não consegui até agora me convencer, com todo respeito a todas as opiniões que aqui foram colocadas, porque esta Casa de leis é justamente uma Casa democrática que tem que saber ouvir e respeitar a opinião de todos. Mas eu não consegui compreender até agora a existência da cobrança. Porque eu entendo o seguinte, o munícipe, vereador Presidente, está pagando duas vezes pelo mesmo serviço. Ele paga duas vezes. Ora, se a gente paga por um serviço através do IPTU, que já é justamente para fazer, dentre outras coisas, manter a zeladoria do espaço público, como que existe uma outra taxa extra cobrando pelos mesmos serviços? Nós estamos aqui como vereadores e nós estamos tratando de um bairro aberto que pertence a Mogi Mirim, seja ele próximo ou distante, pertencente, estando é no zoneamento da cidade e pertencendo a Mogi Mirim, nós somos fiscalizadores, não é isso, vereador? Cabe ao vereador, cabe à vereadora, nós temos vereadoras aqui também, fiscalizar. Então nós estamos fiscalizando, nós estaremos fiscalizando. Agora, com relação à segunda cobrança, porque o munícipe já paga para o município prestar o serviço, secretário Oberdan. Ora, então vocês estão pagando duas vezes pelo mesmo serviço. Agora, vocês acham justo isso? Vocês acham justo pagar por um serviço duas por duas vezes? É a mesma coisa eu ir no supermercado, comprar é um alimento e pagar duas vezes o preço, o preço daquele alimento e levar apenas o mesmo produto. Então eu não consegui entender até agora. Eu estou desde 2022 neste tema, quando eu entrei vereador 2021 e quando a gente discutiu aqui o plano diretor e até agora eu não consegui entender de fato o por que existe essa cobrança. E eu peço encarecidamente, para concluir, senhor Presidente, todo mundo quer paz. Ninguém quer viver no mundo, numa zona de conflitos. Todos nós queremos paz. Todos nós queremos viver

✓



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

em um ambiente de paz. Um ambiente onde a coletividade possa ser harmônica, não sendo uma zona de conflitos. Agora, por gentileza, gente, a Dra. Solange, por gentileza, a Sandra que está aqui ao meu lado, revejam isso, revejam essa cobrança, revejam por amor a essas pessoas que já pagam pelo serviço, elas já é são tributadas pelos serviços. Revejam essa questão da taxa. A gente não pode entrar, obviamente, na questão da taxa porque não é não é mérito do vereador, não é competência do vereador, mas nós estamos tratando de um serviço de zeladoria do espaço público, do bairro. Então isso já é pago em cima do IPTU de vocês. A taxa de iluminação já é paga justamente para que haja iluminação. Então, por favor, gente, pessoal da associação, revejam a parte de vocês, que é parte da cobrança que vocês estão cobrando. Vocês podem abrir mão dessa taxa, faz, secretário Oberdan, a prefeitura não faz? Presidente, pela ordem, a moça disse que a prefeitura não faz, então eu como vereador quero entender agora porque que a Prefeitura não está fazendo, secretário Oberdan, o serviço, não está fazendo a zeladoria do espaço público.” – Com a palavra o Secretário Oberdan: “Faz todos os dias, vereador.” – Com a palavra o Felipe: “Pela ordem, senhor Presidente, só para restabelecer um ponto nevrálgico aqui, rapidinho, rapidamente, é porque enquanto o vereador fala, há um desrespeito muito grande, desmoralizando a fala do vereador que eu acompanho daqui. Então assim, gente, aqui é a Casa do Povo. Nós estamos numa audiência pública falando sobre vários assuntos, se é competência ou não, a discussão é competência do povo. Então, a gente está discutindo, não precisa ficar fazendo caras para o vereador. Só pela ordem. O ponto nevrálgico é os moradores não precisam de tutores. Os moradores da São Marcelo não precisam de uma associação para dizer o que eles devem ou não fazer. Ponto crucial. Segundo, segundo, se há, agora é um apelo que eu faço, eu vejo vários rostinhos aqui de pessoas que pagam e estão insatisfeitas porque têm medo. Vocês sabem disso, vocês sabem disso, vocês sabem disso. Eu conversei com várias pessoas que têm medo de deixar de pagar. Eu vou fazer um apelo aqui e que fique registrado. Parem de pagar a associação. Criaremos uma nova associação para a maioria dos moradores. Existe um. Pela ordem, senhor Presidente, existe um desrespeito enorme é de algumas pessoas que não entendem de Constituição, Constituição Federal, advogada sabe muito bem, é superior. A constituição garante, um bairro pode ter 30 associações,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cada rua terá sua associação. Então, se a maioria dos moradores e aí vai para quem paga, se quem paga, parar de pagar e entrar numa nova associação e ter a maioria simples de moradores, essa associação morre. Isso é princípio constitucional. Pode rir, pode sorrir, pode levar para o Supremo. Isso é princípio constitucional, gente. É princípio da livre associação. Criaremos uma nova associação onde não há nenhum disparate de cobrança, onde não há nenhum tipo de cobrança indevida. E pronto. E quem paga, pare de pagar, por favor, gente. Você não vai perder sua casa. Pare de pagar.” – Com a palavra o Carlos Alberto Valério: “Felipe. Felipe. É, é, pessoal, meu nome é Carlos Alberto Valério. Senhor Presidente, senhores vereadores.” – Com a palavra o Ademir Souza Floretti Junior: “Carlos, só um minutinho. Eu gostaria que a pessoa que falou que a prefeitura não faz o serviço viesse aqui e falasse no microfone, porque nós estamos aqui diante do secretário que é responsável pela pasta de zeladoria do espaço público do município. Alguém disse lá que não é, por favor, fale no microfone. As pessoas estão lá, as pessoas que estão lá do lado e do outro lado da gente.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Até porque está sendo gravado, então é mais fácil vocês falarem para ficar registrado mesmo.” – Com a palavra o Ademir Souza Floretti Junior: “Importante ouvir o lado de vocês. está bom. Qual que é o nome da senhora, por favor? Pode falar. Boa noite.” – Com a palavra a Renata: “Meu nome é Renata. Como bem disse o Presidente Gaioto, a competência aqui da Casa é legislar e também é fiscalizar. Muito bem. Não está sendo feito. Eu não sou da associação. Na verdade, eu me sinto engabelada, porque eu vim aqui achando que a gente ia discutir melhorias para o nosso bairro. Eu estou vendo aqui é conflitos de interesses apenas, né? Nós estamos discutindo conflitos de interesse. Porém, eu moro em frente à praça. O mato da praça esses dias estava desse tamanho, né? Não, pera aí, pera aí. O que foi colocado? O que foi? Não, o que foi colocado é não devemos ter a associação.” – Pessoa não identificada (nominada de Priscila): “Ele está indagando é só você responsabilizar a prefeitura do jeito que você responsabilizou ali atrás. É só apenas isso que ele está indagando.” – Com a palavra a Renata: “Se é um bairro, se é um bairro de Mogi Mirim, onde a prefeitura precisa agir, por que nós não temos limpeza da praça pública? Por que nós não temos asfalto? Porque nós não temos iluminação em todas as ruas? Não, não tem em todo. A minha não tem. A minha não tem. Então eu estou mentindo?” – Com a palavra o

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

Cristiano Gaioto: “Então ó, olha, eu então eu vou, eu vou discordar de você. Você falou que aqui você ia vir por uma coisa e não é. Você vai ver que a partir de amanhã vai ser um outro marco para a chácara São Marcelo, que é para isso que nós viemos aqui, para resolver o problema. Tanto o problema da parte deficiente que você falando da Prefeitura como também para resolver se tiver que resolver alguma coisa uma criação de uma lei e se for pertinente, se for ‘legislamente’ falando essa lei funcionar, a gente vai falar, vai fazer.” – Com a palavra a Secretária Adriana: “Presidente, tem uma dúvida, eu não falei até agora, mas deixa eu só esclarecer uma coisa. Você dizer que o município não faz serviço é totalmente diferente de a gente acreditar que o serviço precise ser melhorado ou esteja deficitário. Você alegar que o município não faz o serviço, sendo que o secretário acabou de falar que faz o serviço, aí você está alterando a verdade dos fatos.” – Com a palavra a Renata: “Então eu peço desculpa.” – Com a palavra a Secretária Adriana: “Eu estou falando como secretária de negócios jurídicos do município.” – Com a palavra a Renata: “Então eu me retrato, eu me retrato se foi a prefeitura que limpou a praça. Foi a prefeitura que limpou a praça?” – Com a palavra a Secretária Adriana: “O secretário acabou de afirmar que tem o serviço lá. Isso é inegável.” – Com a palavra a Renata: “Ninguém me respondeu ainda. Foi a prefeitura que limpou a praça?” – Com a palavra o Secretário Oberdan: “A prefeitura, o município de Mogi Mirim tem mais de 130 praças, se não me engano. Nós temos no município mais de 135 praças se não me engano. É, nós fazemos um cronograma de manutenção de praças em áreas públicas. O cronograma está sendo realizado de acordo com a capacidade técnica da secretaria e todas elas são feitas na medida que são necessários. Então, se ele foi feito ou não, passou pelo nosso cronograma e foi executado. Além disso, a gente faz, tem um calendário de recolha de resíduos de poda, de podas de árvores, de resíduo de construção civil, que é fielmente, fielmente cumprido todos os meses. É, esse calendário até foi o secretário Ernani na gestão passada que estabeleceu com a coleta e essa chácara São Marcelo é um dos pontos os bairros que mais coletam os resíduos do município. Então, quando eu falo que a gente executa serviço lá, diariamente, a gente executa serviço lá diariamente. Inclusive, o município hoje tem passado por um problema significativo de lixo hoje com a empresa que abandonou o serviço na nossa cidade. É, as chácaras São Marcelo foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

um dos bairros que a gente deu prioridade para recolher os resíduos. Até a Secretaria de Agricultura nos ajudou em alguns pontos para fazer, acho que a gente acelerasse o recolhimento dos resíduos municipais e a gente conseguisse dar uma celeridade para os pontos que foram abandonados há uma semana atrás, uma semana em um dia atrás. Então, quando a gente faz os serviços diariamente, a gente atende e faz o serviço diariamente. O vereador, é, falou que lá está sem iluminação em alguns pontos. Já passei para o meu funcionário para que ele faça a vistoria hoje, para que a gente possa fazer ampliação da parte de iluminação lá, que a gente tem prerrogativa para isso, tem capacidade técnica, tem estrutura para fazer isso. Então a gente vai fazer ampliação de rede. O outro nobre morador disse que a gente, acho que no vereador não precisa nem buscar nos autos que a gente está aqui. Eu posso reafirmar o que eu disse. Eu nunca disse que a prefeitura não liga para o bairro. Nunca disse. Isso eu afirmo com todas as palavras, por 5 anos que eu estou aqui como secretário, você pode gravar, pegar a filmagem. Eu afirmo isso. O que aconteceu no bairro São Marcelo, como aconteceu no Paraíso da Cachoeira, é Sol Nascente, São Francisco e tantos outros bairros de loteamentos residenciais de chácaras que foram executados aí antes da década de 80, Henrique, se não me engano, não tinha uma obrigatoriedade para se estabelecer a infraestrutura nos bairros. Essa obrigatoriedade, os loteadores na época fizeram os bairros e venderam como se fosse aplicar essa infraestrutura urbana que não foi aplicada. Então, é no final das contas enganaram as pessoas que compraram e ainda assim a prefeitura, o governo do Dr. Paulo Silva dá prioridade para fazer asfalto nas áreas que não tem asfaltos no município, Robertinho está aqui para, cadê o Robertinho? Para me comprovar, dizer que isso é verdade. Hoje, o Laranjeira só tem mais de 30 ruas asfaltadas nos últimos 4 anos, né, Robertinho? Porque o governo Dr. Paulo Silva priorizou o asfalto disso. A gente só asfaltou chácaras Auto do Mirante, chácaras Bela Vista, recentemente, porque a gente dá prioridade para isso. Então, é, oi? Sol Nascente agora a gente vai fazer a principal até o portal lá embaixo vai ser asfaltado também com prioridade por causa disso. É, estradas que não eram asfaltadas, que não se viam o asfalto há mais de 30 anos, foram recapeadas e foram feitas nos últimos 4 anos. Então, é, o governo Dr. Paulo Silva, com a ajuda de todos os vereadores que estão aqui hoje, eu tenho certeza que vai trabalhar para que todas as melhorias que o município está avançando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. nº 48/25

Folha Nº 67

Q

vai chegar nas chácaras São Marcelo. Inclusive, até o nosso vereador Willians citou muito bem aqui, a gente está com um processo de estudo que se chama cidade digital, né, vereador? É, muitos dos vereadores já têm acompanhado esse processo, então eu acredito até que um aumento de contribuição de vocês de R\$ 200 numa taxa que daqui a pouco o município vai fornecer para toda a população gratuitamente, já cobrado no IPTU. Então, eu até acho que é desnecessário uma coisa dessa, mas os vereadores estão aqui, eu tenho certeza, Gaioto, pela liderança dele, que vai é atuar de forma esse incisiva aí para melhorar essa condição para vocês e acho que vai encontrar uma solução aí para é resolver essa questão da taxa aí.” – Com a palavra o Carlos Alberto Valério: “Senhor Presidente, é posso fazer uma colocação só pegando um gancho aí sobre a associação?” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Nós já estamos chegando no fim, viu gente? Eu tenho que acabar.” – Com a palavra o Willians Mendes de Oliveira: “Senhor Carlos, só um minutinho, seu Carlos, só um minutinho. Eu, é, Renata, né? O nome da senhora? Renata. Só reafirmando, diante do que a senhora falou lá, a senhora reafirma que realmente os serviços pelo município não estão sendo prestados?” – Com a palavra a Renata: “Não todos. Não todos, né? Não todos, não é? Ué, não todos. Eu não posso, iluminação, asfalto, limpeza da praça pública. Esses não estão.” – Com a palavra o Willians Mendes de Oliveira: “Então esses serviços não estão sendo prestado lá?” – Com a palavra a Renata: “Esses não, eu afirmo.” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “A gente sempre teve na São Marcelo, a gente sempre teve na São Marcelo uma parceria, que na época com secretários, o Ernani está aí, o próprio Oberdan, que eles faziam na época, a gente entende a situação do município que é financeiramente a cidade é enorme, né? E lá na São Marcelo, realmente a gente cansou de fazer com o governo Paulo Silva, com todos os governos anteriores, as reivindicações para o bairro. Hoje a gente fala em praça, na verdade é um lote de terreno que não tem. Os bancos que foram colocados lá foram por uma verba impositiva do vereador, do então vereador Gelson Rossi que determinou isso e que foi colocado pelo William quando ele estava na Secretaria de Esportes. Então, isso assim, eu até brinquei com o Willians, quanto nós enchemos o saco dele para estar fazendo isso lá dessas benfeitorias lá e depois a academia da mesma forma. O que a Renata quis dizer é que nós sempre tivemos uma parceria na prefeitura, com a prefeitura, no sentido do que a prefeitura

✓

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

fazia a roçagem e a para rastelar, fazer a recolha, nós pagávamos, nós pagamos, né, até hoje, pagamos dois, duas pessoas para ela estar fazendo esse rastelo. E aí quando a prefeitura é que se ele não consegue levar até no terreno da reciclagem nossa, a prefeitura está lá agora, diga-se de passagem, de uma forma mais é de uma forma mais eficiente, vamos falar assim, porque até então ele só levava $\frac{1}{2}$ m³ de galhos e de entulhos. Eu estou falando, eles não têm respeito.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Pessoal, eu vou passar a palavra, mas eu quero só dizer uma coisa. Se vocês moradores ou associação fez a limpeza da praça, vocês fizeram só até hoje, porque a partir de agora vocês não vão fazer mais. Não, vou falar o seguinte, vocês pegam, vocês, ó, meu gabinete está aberto, vocês pegam o número do meu celular. Se tiver alto e se eles não fizerem, eu, como Presidente desta Casa aqui, eu vou entrar em contato com o prefeito municipal e nós vamos entrar é com documentos e punindo o Executivo porque não está fazendo serviço. Então, se o serviço a partir de hoje, viu, Oberdan? Se eles fizeram, fizeram ontem, antes de ontem ou qualquer dia, não vão fazer mais, porque eu quero que os moradores peguem o meu número do meu celular, meu assessor, meus dois assessores estão aqui, vocês podem pegar, fiquem à vontade para pegar. Tem na minha rede social Cristiano Gaioto. Vocês podem me procurar. A prefeitura tem obrigação de fazer e vai fazer.” – Com a palavra o Carlos Alberto Valério: “Senhor Presidente, senhor Presidente, só uma colocação. Eu gostaria de fazer uma pergunta para Sandra e para Solange. É, só respondam sim ou não, por favor. Acredito que nós estamos na maioria aqui de pessoas que estão sendo processadas, né, que são contra a associação? Eu gostaria, que nem foi colocado aí, que ninguém quer pegar a bucha aí de ser presidente da associação. Eu gostaria de saber se eu posso fazer uma assembleia extraordinária e me candidatar a ser presidente da associação, não sendo, não pagando. Me responda sim ou não, doutora?” – Pessoa não identificada (nominada de Solange): “Respondendo a sua pergunta de acordo com o estatuto, não. Porque você está inadimplente.” – Com a palavra o Carlos Alberto Valério: “Isso que eu queria. Você está vendo como é que a gente não pode entrar na associação, não podemos ter acesso a ela. Eles fecham o grupo e acabou.” – Pessoa não identificada: “Senhor Presidente, eu não tive a palavra ainda. Posso só uma coisinha rapidinha? Só rapidinho, é uma coisa muito importante. A Lei Complementar 304/15, que é onde



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

justifica todo esse texto que a gente está com o problema judicial, nós gostaríamos que vocês mudassem o artigo oitavo, que fala sobre como, me ajuda aqui, Marco, fala sobre é a maioria absoluta. A maioria absoluta a maioria absoluta, 50 mais 1. A gente gostaria que complementasse essa lei para ser 100% a 304/15, Lei Complementar 304/15. Nós estamos sendo julgados por essa lei que fala que não, mas estamos até no STJ já fomos processados por essa lei e ela tem que ser mudada. É uma lei municipal da época do Stupp. Então, nós gostaríamos, por gentileza, que verificasse o artigo 8, onde fala que a maioria absoluta que se passa para a associações. Uma lei complementar. Por favor.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Segundo a assessora aqui do vereador, ela já até consultou o jurídico da Câmara e ela falou que é pertinente para Câmara fazer sim, viu?” – Com a palavra o Ernani Luiz Donatti Gragnanello: “Pessoal, é, viu. Só uma questão só para a gente entender aqui um pouco o que o Ademir comentou, né? É, primeiro eu acho que eu vou sugerir para o Presidente, para os vereadores, a gente criar um grupo de trabalho para entender um pouco, porque por mais que se queira, por mais que se queira numa audiência com várias informações, todas importantes, necessárias, mas tecnicamente, tecnicamente, estou pensando assim, tecnicamente fica difícil para gente balizar ou encaminhar, né, Dra. Priscila colocou, para gente encaminhar saídas técnicas que, só para ter para poder complementar a saída, por quê? Porque, por exemplo, no contrato fala a pagar uma taxa de conservação e manutenção das ruas de acesso lá do loteamento. Então, é com base nessa ação, nessa nesse contrato, letra C, letra C é pagar uma taxa, né, de conservação, de conservação, então, de conservação de ruas, entendeu? Ô, ô, professor. Então, o que acontece? As informações que a Dra. Solange traz, as informações que vocês trazem, ela, eu até entendo, mas tem essa questão no contrato que foi revogado, segundo o Marcos falou e, mas ao mesmo tempo, então aí tem a questão do conflito, doutora Adriana, em tese, em tese, entendeu, por quê? Porque fala de taxa de conservação de ruas, viu pessoal? Presta atenção só um pouquinho só. Por isso, por isso que não dá.” – Com a palavra o Felipe: “Presidente, aqui fala que cessa no final do, quando terminou de pagar o terreno, cessou, não tem mais.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “O vereador Ernani está com a palavra.” – Com a palavra o Ernani Luiz Donatti Gragnanello: “O que fala a C, a pagar uma taxa de conservação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 48/25

Folha Nº 40

al

e manutenção. Eu tenho que terminar. Eu tenho que terminar. Então, então que vigorará até o término do contrato. Então, mas tem uma taxa de conservação de ruas. Então, então, então, meu, então por isso não, deixa só.” – Com a palavra o Adilson: “Deixa eu só falar uma coisinha aqui só, só um minuto, só um minuto. Olha, deixa eu falar aqui. Aqui, quando fala no final aqui, fala que é até o término das obrigações. As obrigações era eu pagar as parcelas do meu terreno. Uma vez que eu quitei ou paguei a vista, eu não tenho obrigação com ele. Então, quer dizer que essa parte C da C passa a valer. Então, não tenho obrigação. Também lembrando também a essa Casa, eu não quero não vamos colocar também pessoas, mas respeitando todos os vereadores, respeito o irmão, respeito aqui o Gasparini que foi testemunha pessoal da Solange em processos contra moradores daqui, ó. Não, é ele, o vereador Gasparini. O Gasparini, ele foi numa audiência, ele não foi como vereador, ele foi como pessoa física, mas ele foi testemunha da Solange num processo contra um morador da São Marcelo, afirmando que sim, ela fazia todo o trabalho lá e era devida a cobrança. Eu tenho filmado, tá? Eu tenho filmado isso. Então é ele. E depois tem outro também que não é vereador, que ele cuidava da limpeza, que eu não sei quem é, mas eu tenho tudo. Mandei para vários vereadores aqui nessa Casa.” – Com a palavra a Mara Cristina Choquetta: “Mas vamos chegar no consenso, né? Não vamos julgar vereador. Nós estamos aqui, não vamos julgar vereador.” – Com a palavra o Adilson: “O que eu estou dizendo é que o vereador, como o irmão disse aí, o vereador ele tem obrigação do quê? De se isentar de qualquer tipo de acordo, seja física, seja pessoalmente, quando ele é um setor público, ele não pode envolver em nenhum processo, ele não pode, na minha opinião, tá, ele pode se envolver no que ele quiser, mas como vereador, representando a população, ele não pode, esse é o meu pensamento, favorecer apenas um grupo e ele foi lá para favorecer um grupo. Isso que eu falo. Então, a gente temos nessa Casa sim muitos vereadores que, como o plano diretor foi vencido, graças a Deus, é, não exclusivamente foi vencido é para ser misto, né? Porque a gente tem a maioria dos vereadores, temos aqueles vereadores que realmente eram contra isso. O Gasparini era uma pessoa que ele pregou se não fosse aqui o nosso amigo vereador aqui na época que o outro vereador aqui a nos defender muito, não só ele, mas o outro vereador que não faz parte da bancada também protegeu muito a associação e ele mesmo continuando na Casa, ele ainda continua

✓

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

protegendo sim a associação, ou seja, um grupo de vereador e sim numa audiência, tá? Eu tenho a gravação numa audiência a favor de um grupo para prejudicar um morador que nem tem dinheiro para pagar. Está colocando, porque quando um vereador vai, ele vai, não é como vereador, ele vai como a bancada toda. Ele não está aparecendo, ele não foi como vereador, ele foi como pessoa, desculpa aí, ele foi como pessoa, mas ele falou como vereador, ele sempre visita o bairro, tá? Eu mandei até para ele esse vídeo, ele sabe disso.” – Com a palavra a Mara Cristina Choquetta: “É, eu queria só passar uma última informação, Cris, Presidente, por favor. É, eu conversei com o pessoal das chácaras Sol Nascente e eu tenho uma informação muito bacana para passar para vocês. Lá tem câmara de segurança, quem quis está pagando, quem falou eu não quero não está pagando nada.” – Com a palavra o Ernani Luiz Donatti Gragnanello: “Só para poder encaminhar, só para poder encaminhar só a minha fala, porque é ele colocou algumas preocupações que é o seguinte, a ideia por conta dessa celeuma, das audiências que nós participamos, que eu participei de várias, esse é um assunto que ele é polêmico historicamente, historicamente. Então, o que eu estou pensando para que a gente tenha serenidade. Até falei para o assessor da Mara, né, a gente estudar, ter um grupo de estudo técnico para que a gente possa entender e aí conversar com a prefeitura, né, o jurídico e as secretarias para que a gente tenha uma posicionamento o máximo possível de estruturar e rever o que tem de falhas, erros, né, quer seja do ponto de vista legal ou do ponto de vista operacional, que o Presidente já assumiu esse compromisso de que é ou seja dos serviços, para que a gente possa dar mais clareza a vocês, porque da forma como tá, a gente vai sair daqui sem um encaminhamento. Então, a minha proposta é que a gente crie um grupo de trabalho dos vereadores e, se tiver algum representante ou outro representante dos moradores, para que a gente faça o estudo com calma, analise, porque a documentação que veio aqui hoje, olha só, o número é grande. Então, para que a gente possa ajudar a sociedade, vocês e a sociedade, a encontrar saídas, né? Porque a ideia é encontrar saídas e dentro do que você foi falado de forma saudável, conversar com a associação, ver se há algo a ser feito de acordo, mas também observar a legislação, porque se tem é uma preocupação, Solange, se tem essa questão da taxa de conservação, né, como que a gente vai administrar isso? Já que tem a taxa de conservação da prefeitura. Então nós temos que no sentido positivo da



al

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

palavra, no sentido de construir uma ponte, porque senão a gente vai sair daqui e vai continuar remoendo. Eu acho que o bem comum é esse.” – Com a palavra o Marcos Paulo Cegatti? “Vereador, como advogado, como advogado, só um segundo, Presidente. Como advogado, perguntar para o senhor como advogado, tá? Eu não sou advogado, eu sou professor. Eu não entendo da parte real de lei ainda, mediante a advocacia, né? Posso legislar, mas não como advogado. Quando se diz: os devedores ou terceiros que eles designarem a taxa referida da letra C vigorará até o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do presente contrato por parte do comprador ou dos compradores. Quando se termina isso, essa cláusula ela se encerra?” – Com a palavra o Ernani Luiz Donatti Gragnanello: “Então é exatamente isso que está sendo colocado por eles.” – Com a palavra o Marcos Paulo Cegatti: “Sim ou não?” – Com a palavra o Ernani Luiz Donatti Gragnanello: “Então, na minha opinião, sim. O problema, o problema, o problema é que, o problema, gente, é que existem ações judiciais, entendeu? Então eu não posso afirmar aqui que eu como eu vou trabalhar, eu não tenho conhecimento das ações judiciais, nem a prefeitura. Então eu não posso dizer que, olha, virar as costas para as decisões judiciais. Agora aqui textualmente dá a entender isso.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Pessoal. Ô pessoal, o seguinte, ó, a gente já, na verdade, eu já extrapolei o tempo, nem poderia estar extrapolando o tempo. Eu quero dizer o seguinte para vocês, ó. A gente conversou entre nós aqui, os vereadores, o que que nós podemos propor? O Ernani falou de um grupo de acompanhamento, a gente faz uma frente parlamentar das chácaras São Marcelo. A gente cria isso segunda-feira, e essa frente parlamentar vai entrar nessa discussão. Paralelo a isso, nós vamos estudar essa lei 304/15, conforme o pedido de vocês. E aqui, outro assunto, melhorias, o Oberdan já se comprometeu, como secretário, já deve ter um técnico dele vendo a parte da iluminação. Tenho certeza que nós vamos também cobrar agora os trabalhos de roçagem, trabalho de limpeza, trabalho de poda, trabalho das estradas, está o ‘jô’ aqui. E eu quero propor aos vereadores, gente, nós vereadores, nós temos uma emenda positiva que é parte do governo. Se cada vereador de nós aqui, por exemplo, disponibilizar 10.000, 15.000 da emenda impositiva, a gente pode fornecer para vocês naquela praça, colocar um parquinho para as crianças. Nós podemos colocar uma academia ao ar livre para vocês lá, que a gente faz em várias praças e os

✓



Proc. Adm. Nº 78/25
Folha Nº 73

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vereadores fazem, já colocaram? E arrumar, colocar banco, deixar a praça um brinco lá para vocês, porque eu acho que vocês merecem isso. Então, porque os vereadores estão engajados, não é o Cristiano Gaioto, mas aqui todos nós, o João, a Mara, o Willians, o Ernani, o Ademir, o Marcos Cegatti, o Robertinho, todos os vereadores. Então eu acho assim, ó. Eu acho que nós podemos criar essa frente parlamentar e a gente começar a se envolver com vocês aí nessa parte das discussões de melhorias para o bairro, que nós precisamos buscar melhoria. A senhora quer falar?” – Pessoa não identificada: “Bom, eu vim, eu vim aqui hoje pensando em ouvir melhorias para o bairro.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “A senhora está ouvindo.” – Pessoa não identificada: “Infelizmente está tendo uma briga de interesses. Nós estamos com um problema muito grave na São Marcelo com a eletricidade. A cada três ou quatro dias ficamos sem luz. Isso não é melhoria?” – Com a palavra o Felipe: “O meu interesse é garantir uma vida para meu avô de 88 anos digna. E o interesse de quem cobrar R\$ 30.000 dele? O meu interesse é a vida digna do meu avô. Eu não tenho nenhum interesse. As pessoas aqui não têm interesse.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Se for problema da Elektro, nós vamos cobrar a Elektro.” – Pessoa não identificada: “Eu estive aqui na reunião da Elektro e estava a prefeitura. O que foi combinado é que a Elektro cortaria os galhos e a prefeitura levava. A Elektro não cortou, a prefeitura não levou. E todos, olha, pergunte, todo dia, todo dia, faz sol, fica sem luz, chove, fica sem luz, venta faz.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Nós vamos conversar com o Elektro. Eu me proponho a conversar com o Elektro amanhã. O secretário já mandou, o técnico já está lá na São Marcelo verificando tudo. Como eu disse, se fazia algum serviço, fazia até ontem, a partir de amanhã não vai fazer mais. Para a gente encerrar, só vou liberar para a Maria Luiza. O pessoal já está indo embora. Maria Luiza.” – Pessoa não identificada (nominada anteriormente de Maria Luiza): “Boa noite a todos. Vou tentar ser rápida, né? É, eu acho que a discussão foi muito frutífera, tá. É, vocês ouviram, tem que estudar as partes mesmos, tem que estudar esse contrato, tem que ver a validade da matrícula mãe que nós vamos apresentar para vocês, quando que ela encerra, quando que acaba o comprometimento de cada um de que comprou, que é morador que comprou, porque existe aquilo que é moral, aquilo que é legal e aquilo que é imoral, né? E a lei é uma só e cada um interpreta de algumas maneiras. Resolvendo o problema da matrícula mãe em cada



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 48/25

Folha Nº 74

uma das escrituras que acaba com a cobrança, com a obrigação, nós não vamos ter mais essa obrigação. Mas a chácara São Marcelo, eu tenho terreno lá há mais de 40 anos, morei lá mais de 20 e era e era prazeroso, tá? Era uma coisa gostosa morar lá, falar com orgulho. Particularmente, eu, sabe assim, eu me considero uma pessoa idônea e levei um processo. Estou discutindo aquilo que eu acho que é o meu direito, mas passei uma vergonha tremenda. Eu fui alugar uma casa para minha filha, tenho vários imóveis em Mogi Mirim, tenho imóveis em São Paulo, tenho imóveis em outros lugares. Sou fiadora da minha filha que ela está morando fora, quis alugar um imóvel para ela. Você tem processo. Isso foi muito constrangedor, principalmente para a minha pessoa que cobro muito de mim, tá? Então, eu espero que a gente tenha uma solução, que a São Marcelo com uma associação, ou com duas ou com três, ou com quatro associações, seja um bairro de convivência. Agora, eu peço para vocês moradores, nós temos aqui pessoas muito humildes, tá? Então, eu peço, Mara, que eu já mandei o recado para você, você já me deu, OK, que as câmeras, se forem necessárias, façam estudo e sejam colocadas pelo município para que não tenha custo para os moradores. Eu acho aí se já tem, se já está no programa, se é necessidade, né, que a associação mostre os gráficos perante os municípios e que cobre do município a instalação da câmera, tá? O município é que tem que prover as necessidades dos moradores do bairro. E segundo.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “O Maria Luiza, só falando da iluminação, os vereadores também, a gente está conversando entre nós aqui, e a primeira questão da frente parlamentar, estou aqui com o Ernani, o Willians, a Mara, o Ademir, o Cegatti, o Robertinho, o João, a primeira é que a Prefeitura inicie a colocação das câmeras pela chácara São Marcelo. Isso é um compromisso que a gente faz com, nós vamos solicitar isso ao prefeito. Vamos solicitar ao prefeito, tá?” – Pessoa não identificada (nominada de Maria Luiza): “E a segurança no bairro? Porque a prefeitura dando a segurança, tá, a taxa, os valores da taxa da associação vêm a diminuir. Então é o compromisso, tá? É o compromisso. Todos do bairro Seguros com a responsabilidade do município.” – Com a palavra o Cristiano Gaioto: “Pessoal, com a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos de audiência pública. Boa noite a todos.”

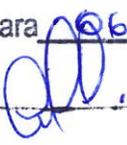
Daniel Capra 17/07/2025
DANIEL CAPRA
Analista Legislativo

**Termo de Juntada
do (s) expediente (s)**

Processo: Administrativo n: 78/2025

doc. fls. de n: 24 ao n: 74.

Secretaria da Câmara 06 / 08 / 2025



CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que nesta data foram arquivados estes autos tendo sido autenticados sob nº 74 e com rubrica _____ de meu uso na última folha desse processo.

Secretaria da Câmara Municipal de Mogi Mirim,

06 de Agosto de 2025

Secretário(a)

CÂNDIDA LOURDES PEREIRA
Gerente de Secretaria